

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GABRIELE ROCKENBACH

**A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO PROCESSO DE TOMADA
DE DECISÃO NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DA DIOCESE DE
MONTENEGRO/RS**

FARROUPILHA

2019

GABRIELE ROCKENBACH

**A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO PROCESSO DE TOMADA
DE DECISÃO NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DA DIOCESE DE
MONTENEGRO/RS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Diego Luís
Bertollo
Orientador TCC II: Prof. Me. Leandro
Rogério Schiavo

FARROUPILHA

2019

GABRIELE ROCKENBACH

**A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO PROCESSO DE TOMADA
DE DECISÃO NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DA DIOCESE DE
MONTENEGRO/RS**

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador TCC I: Prof. Me. Diego Luís
Bertollo

Orientador TCC II: Prof. Me. Leandro
Rogério Schiavo

Aprovado (a) em 03 / 12 / 2019

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Me. Leandro Rogério Schiavo
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:

Prof. Esp. Nilton José Goulart de Martins
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Esp. José Alberto Momoli
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico a todos vocês, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando, em especial a toda a minha família, meu namorado Leandro e meu patrão Padre João Paulo, que com muito amor, dedicação e exemplo nunca mediram esforços para que este trabalho atingisse seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado.

Aos professores de toda graduação por terem transmitidos seus conhecimentos e experiências de vida profissional e pessoal, fazendo com que fosse possível concluir a graduação, em especial aos meus orientadores, Prof. Me. Diego Luís Bertollo e Me. Leandro Rogério Schiavo, pela sua competência, colaboração, dedicação, profissionalismo e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia.

Agradeço de forma toda especial, ao meu namorado Leandro Baumgarten, por ser está pessoa incrível, que sempre me incentivou e apoiou para não desistir de meus sonhos. Obrigada pela compreensão, companheirismo, amor e paciência.

Aos meus pais Eroni e Maria Jací Rockenbach, que desde criança sempre me incentivaram a buscar conhecimento através dos estudos, fazendo com que este sonho fosse realizado. A minha mãe que sempre se preocupou e me ajudou com orações, e que muitas vezes me esperava das aulas, principalmente em dias de provas. Ao meu pai, que hoje lembramos na memória pois no meio do percurso do trabalho acabou partindo para junto de Deus, e que hoje dedico está monografia a você que sempre dizia para que nós, filhos, fossemos buscar uma graduação.

Aos meus irmãos Grazielle e Lucas Gabriel por terem propiciado boas conversas e discussões que sempre acrescentam em nossa vivência, em nosso crescimento intelectual e em nosso afeto.

Também agradeço as minhas colegas de trabalho da Mitra da Diocese de Montenegro e em especial, ao meu amigo e patrão padre João Paulo Schäfer, que muito me apoiaram e auxiliaram, fazendo eu acreditar em minhas escolhas.

As minhas amigas de graduação Bruna Diéli Bento e Márcia Werner Pegoraro, por tornarem esta caminhada mais feliz e menos cansativa, e principalmente por terem me dado o apoio no momento difícil que enfrentei no Trabalho de Conclusão.

Por fim, agradeço a Deus, por ter iluminado a minha jornada, por me dar saúde e coragem para não desistir de meu sonho.

“Toda vitória é alcançada com luta e sofrimento; porém a luta passa, o sofrimento é apenas temporário, mas a vitória que se consegue permanece.”

James Allen

RESUMO

Esta monografia enfoca: A Importância da Informação Contábil no Processo de Tomada de Decisão nas Instituições Religiosas da Diocese de Montenegro –RS. É visível o crescimento das entidades de terceiro setor que exercem um importante papel na economia brasileira por não terem como objetivo principal, o lucro, mas sim o ser humano. As organizações do Terceiro Setor visam mediante o desenvolvimento das suas atividades gerar benefícios para a sociedade. As instituições religiosas, ao provocarem mudanças sociais, também possuem as características das entidades do terceiro setor. Com o fim de assessorar os gestores das instituições, a contabilidade surge como meio de apoio, uma vez que as informações produzidas, se utilizadas de forma oportuna, auxiliarão na tomada de decisão. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar a utilização dos registros contábeis no processo de tomada de decisão por parte dos gestores das paróquias que compõem a Diocese. Esta pesquisa se classifica como descritiva e qualitativa, e também este trabalho apresenta um estudo de caso sobre a funcionalidade e a utilização da contabilidade de uma Organização Religiosa pertencente à Igreja Católica, Apostólica e Romana, denominada Mitra Diocesana de Montenegro, que atua em trinta e dois municípios da região, os quais constituem a Diocese. Entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo a evangelização, a valorização e o crescimento do ser humano. Embora seja uma organização imune, tem obrigação de manter escrituração contábil. Portanto, com as evidências apresentadas ao longo desta monografia certamente este trabalho contribui na gestão dos bens colocados a serviço da evangelização, atividade fim das instituições religiosas.

Palavras-chave: Entidades do Terceiro Setor. Instituições Religiosas. Gestão. Informação Contábil.

ABSTRACT

This monograph focuses on: The Importance of Accounting Information in the Decision-Making Process in the Religious Institutions of the Diocese of Montenegro - RS. It is visible the growth of third sector entities that play an important role in the Brazilian economy because they do not have as their main objective, profit, but the human being. Third Sector organizations aim at developing their activities to generate benefits for society. Religious institutions, in bringing about social change, also have the characteristics of third sector entities. With the purpose of advising the managers of the institutions, the accounting comes as a support, since the information produced, if used in a timely manner, will help in the decision making. Thus, the objective of this paper is to analyze the use of accounting records in the decision-making process by the managers of the parishes that make up the Diocese. This research is classified as descriptive and qualitative, and also this paper presents a case study on the functionality and use of accounting of a Religious Organization belonging to the Catholic, Apostolic and Roman Church, called Mitra Diocesana of Montenegro, which operates in thirty-one. two municipalities in the region, which constitute the diocese. Non-profit entity that aims to evangelize, value and grow human beings. Although it is an immune organization, it has an obligation to keep bookkeeping. Therefore, with the evidence presented throughout this monograph, this work certainly contributes to the management of goods placed at the service of evangelization, the end activity of religious institutions.

Keywords: Third Sector Entities. Religious Institutions. Management. Accounting Information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Trissetorial	22
Figura 2 - Processo de Gerenciamento de Informações.....	33
Figura 3 – Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis	35
Figura 4 – Hierarquia de Qualidades em Contabilidade	36
Figura 5 – Processo de Tomada de Decisão	38
Figura 6 - Estrutura Organizacional da Mitra da Diocese de Montenegro	45
Figura 7 - Modelo do Livro Caixa de uma Comunidade	51
Figura 8 - Modelo do Boletim Financeiro gerado pelo Sistema	52
Figura 9 - Funcionalidade do Sistema de Gestão Canônica Pastoral	54
Figura 10 - Modelo da Folha de Contribuições do mês de Setembro/2019	56
Figura 11 - Demonstrações Contábeis da Mitra da Diocese de Montenegro	58
Figura 12 - Previsão Orçamentária 2019	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Paralelo das Entidades.....	24
Quadro 2 – Descrições das Demonstrações Contábeis.....	27
Quadro 3 – Distinções entre Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira ...	29
Quadro 4 - Análise do Ativo	67
Quadro 5 - Análise do Passivo	68
Quadro 6 - Análise da Demonstração do Superávit ou Déficit	69

LISTA DE ABREVIATURAS

art.	artigo
Dr.	doutor
Esp.	especialista
et al.	continuação de autores
km ²	quilômetros quadrados
Ms.	mestre
n ^o .	número
p.	página
prof.	professor

LISTA DE SIGLAS

CAED –	Conselho Administrativo e Econômico da Diocese
CAEP –	Conselho para Assuntos Econômicos Paroquiais
CELAM –	Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano
CFC –	Conselho Federal de Contabilidade
CNBB –	Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ –	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CTN –	Código Tributário Nacional
DFC –	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL –	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE –	Demonstração do Resultado do Exercício
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITG –	Interpretação Técnica Geral
NBCT –	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NBC TG –	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
NBC TSP –	Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público
ONG –	Organização Não Governamental
OSCIP –	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
RS –	Rio Grande do Sul
SGCP –	Sistema de Gestão Canônica Pastoral
TCC II –	Trabalho de Conclusão de Curso II
UCS –	Universidade de Caxias do Sul
VI –	Sexto
XVI –	Dezesseis

LISTA DE SÍMBOLOS

I	primeiro romano
II	segundo romano
“ ”	abre e fecha aspas
1º	primeiro
2º	segundo
%	por cento
(...)	continuação
§	parágrafo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	15
1.2	TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA	17
1.3	OBJETIVOS	18
1.3.1	Objetivo Geral	18
1.3.2	Objetivos Específicos	18
1.4	ESTRUTURA DO ESTUDO	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	TERCEIRO SETOR.....	20
2.1.1	Desenvolvimento do Terceiro Setor	20
2.1.2	Conceitos e Características do Terceiro Setor	21
2.2	CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR.....	22
2.2.1	Contabilidade em Instituições Religiosas	25
2.3	CONTABILIDADE GERENCIAL	28
2.3.1	Informação Contábil Como Instrumento de Gestão	31
2.3.2	Informação Para Tomada de Decisão	34
3	METODOLOGIA	40
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	40
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	41
4	MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO	42
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE EM ESTUDO	42
4.2	HISTÓRICO DA MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO.....	43
4.3	MERCADO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	47
4.4	ESTUDO DE CASO	48
4.4.1	Processo da Contabilidade nas Paróquias	50
4.4.2	Sistema de Informação das Instituições Religiosas	53
4.4.3	Processo Contábil na Cúria Diocesana	57
4.4.4	Previsão Orçamentária	63
4.5	PROPOSTA DE MELHORIA.....	66

4.5.1	Análise do Balanço Patrimonial.....	67
4.5.2	Análise da Demonstração do Superávit e Déficit do Exercício.....	69
4.5.3	Análise das Notas Explicativas.....	71
5	CONCLUSÃO	72
	REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

O estágio atual do terceiro setor no Brasil e no mundo, de acordo com Silva (2010) passou por séculos de transformações, onde distintas instâncias socioeconômicas, valorativas e simbólicas foram se sucedendo e se misturando, fazendo com que a estrutura da economia do Brasil fosse dividida em três setores. O Primeiro Setor abrange as instituições governamentais (Estado), onde este é responsável pelas questões sociais, em que os mandatários são escolhidos pela população, por meio do voto, e os recursos devem ser aplicados na infraestrutura, no bem-estar da sociedade e outras funções de responsabilidade do Estado. O Segundo Setor são as empresas privadas com fins lucrativos (mercado), que é responsável pelas questões individuais, visando o lucro como seu objetivo primordial. Já o Terceiro Setor é formado por organizações privadas, sem fins lucrativos, em que seu objetivo geral é prestar serviços de caráter público (CUNHA et al., 2015).

Esse por sua vez está assumindo um papel muito relevante na sociedade atual, pois são os maiores responsáveis pela realização de atividades de caráter beneficente, filantrópico, religioso, educacional, entre outros. Desta forma, estão contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico, social e político do país, porque realizam atividades que deveriam ser de responsabilidade do Estado (RODRIGUES et al., 2015).

O Terceiro Setor é composto por diversas entidades, em que uma delas incorporada é as organizações religiosas, que também possuem suas características específicas, como: provocar mudanças sociais por meio de sua missão, não possuir finalidade de lucro e receber benefícios fiscais mediante imunidade e isenções. Além de não possuir finalidade de lucro, não quer dizer que encontre resultados positivos para a organização, até porque existem gastos, como os de manutenção, e objetivos religiosos e assistenciais a serem alcançados, necessitando, para tanto, que haja sobra de recursos. Com isso, assemelham-se com as entidades empresariais, que necessitam de ferramentas de controle e de análise de resultados, de forma a dar maior eficiência aos seus processos, onde cabe o suporte do setor da contabilidade (QUEIROZ; MARQUES; PENHA, 2018).

Há tempos atrás, não havia ato normativo contábil que regulasse o trabalho desempenhado por este setor, ainda que atendendo os Princípios Fundamentais da Contabilidade, gerava distorções e procedimentos distintos e não uniformes. Diante deste cenário, a transparência das informações contábeis nestas instituições é de extrema importância, para o alcance de uma prestação justa e igualitária perante a sociedade. Portanto, a contabilidade no Terceiro Setor torna-se indispensável, pois auxilia na efetiva administração dos recursos colocados à disposição dos gestores dessas entidades, além do que demonstra de forma clara e segura se esses recursos foram e estão sendo aplicados corretamente para os fins que foram destinados (RODRIGUES et al., 2015).

A contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades, onde possui ferramentas que possibilitam o controle do capital e, por meio dos seus relatórios, revelam a situação financeira e patrimonial das entidades, de maneira que sua análise permite retirar informações relevantes para apoio à tomada de decisão (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Para que haja uma melhor contribuição da contabilidade, é necessário que ocorra a escrituração contábil, obrigatoriedade expressa no art. 14 do Código Tributário Nacional (CTN) (BRASIL, 2012). Neste sentido, a prestação de contas é necessária a fim de promover a transparência e a comunicação com os diversos atores interessados na entidade e, assim, garantir a continuidade das doações necessárias à sua sobrevivência.

O presente estudo justifica-se pela representatividade que as instituições religiosas têm dentro do Terceiro Setor e que poucas pesquisas são desenvolvidas, pois conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta a existência de cerca de 290,7 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos. Merecendo destaque pela participação das organizações religiosas, as quais representam 82.853 instituições (28,5% do total) e empregam 150.552 pessoas, o que demonstra a importância desse segmento para o terceiro setor (QUEIROZ; MARQUES; PENHA, 2018).

As entidades religiosas desenvolvem um trabalho que valoriza o ser humano, pois trabalha em prol das comunidades e que visam a transparência e a legalidade de seus atos, porém é pouco conhecido e divulgado perante a sociedade. Com isso, tem-se a necessidade de demonstrar aos padres, leigos, fiéis e colaboradores, a importância de se manter uma prestação de contas fiel aos

acontecimentos da comunidade a fim de garantir a manutenção de suas atividades e o progresso de um patrimônio que pertence a todos, pois afinal os recursos são oriundos de doação de seus fiéis (WITT, 2012).

A contabilidade possui ferramentas importantes que dão suporte para a gestão, visando o crescimento e a manutenção das organizações religiosas, mas é necessário investigar a forma de como estas instituições religiosas estão utilizando a informação contábil para auxiliar na gestão. Diante disso, percebe-se que a gestão das entidades do Terceiro Setor vem sendo trabalhada e estudada, no entanto, ainda é pouco pesquisada o que tem instigado para a pesquisa da utilização dos recursos contábeis para gestão de qualidade das instituições para assim poder tomar decisões cabíveis quanto aos seus recursos (QUEIROZ; MARQUES; PENHA, 2018).

Espera-se que o presente estudo contribua para o melhor conhecimento sobre as práticas contábeis adotadas pelas organizações religiosas de forma a compreender a utilização da informação gerencial para a tomada de decisão.

1.2 TEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

O mundo da economia está sempre em desenvolvimento, na busca de novos conhecimentos. Por este fato, o mundo dos negócios apresenta cada área específica, em que cada uma, procura encontrar métodos para gerenciar e administrar o seu estabelecimento e, um método que encontramos para analisar a contabilidade das instituições religiosas será pela contabilidade gerencial (CUNHA et al., 2015).

Contudo no mundo econômico existem várias áreas e setores, onde analisaremos em específico, o Terceiro Setor, direcionando ainda para as instituições religiosas. Segundo Ludícibus (2010), aborda que “todos os procedimentos contábeis e financeiros ligados a orçamento empresarial, a planejamento empresarial, a fornecimentos de informes contábeis e financeiros para decisão entre cursos de ação alternativos, recaem sem sombra de dúvida, no campo da contabilidade gerencial”. Logo, pode-se perceber que a contabilidade gerencial é uma grande ferramenta para a gestão saudável de uma organização.

Segundo Silva (2017), aborda que o uso das demonstrações contábeis nas instituições oferece um apoio para a gestão, e a forma de utilizar está ferramenta,

auxiliará o administrador no desempenho de suas funções, alcançando assim, a missão e objetivo da organização.

Neste contexto, busca-se solucionar à seguinte questão: Quais registros contábeis são mais utilizados pelos gestores das paróquias da Diocese de Montenegro – RS no processo de tomada de decisão?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a utilização dos registros contábeis no processo de tomada de decisão por parte dos gestores das paróquias da Diocese de Montenegro - RS.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Levantar o referencial teórico e bibliográfico sobre contabilidade no terceiro setor;
- Verificar na literatura a forma de atuação da contabilidade em instituições religiosas;
- Identificar quais informações contábeis são relevantes para que os gestores das instituições religiosas possam tomar decisões;
- Descrever quais informações contábeis são utilizadas pelos gestores das paróquias da Diocese de Montenegro – RS na tomada de decisões.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo, é apresentada uma contextualização do estudo, bem como o tema, a questão de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a estrutura do estudo.

No segundo capítulo, são abordados diversos aspectos teóricos observados no desenvolvimento do Terceiro Setor, como também a conceituação e características deste grupo econômico. Este capítulo tem o objetivo de evidenciar a Contabilidade do Terceiro Setor dando o enfoque para a contabilidade das instituições religiosas. Também será evidenciado a contabilidade gerencial, de forma a apresentar que a utilização da informação contábil serve como instrumento de

gestão e a importância dela para a tomada de decisão. O objetivo desse capítulo será analisar se as instituições religiosas utilizam os registros contábeis no processo de tomada de decisão e como eles auxiliam na gestão contábil da entidade.

No capítulo três, é descrita a metodologia à ser usada para o desenvolvimento do estudo, onde serão evidenciados os delineamentos e procedimentos da análise e coleta de dados.

No quarto capítulo, é apresentado a realização da pesquisa onde no meu caso será abordado um estudo de caso na instituição religiosa, a Mitra da Diocese de Montenegro, localizada em Montenegro - RS.

Ao final, no quinto capítulo, é abordada a conclusão sobre o desenvolvimento do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica sobre o Terceiro Setor: apresentação do desenvolvimento, conceitos e das características do Terceiro Setor, a Contabilidade do Terceiro Setor e das Instituições Religiosas e a Contabilidade Gerencial, abordando a importância da informação contábil para a gestão e para a tomada de decisão.

2.1 TERCEIRO SETOR

2.1.1 Desenvolvimento do Terceiro Setor

Conforme Calegare e Silva Junior (2009), nos países norte-americanos, apenas na década de 50, foi que as entidades que praticavam filantropia, como as associações voluntárias e as fundações começaram a ser devidamente reconhecidas, sendo um marco primordial do reconhecimento destas instituições a invenção do *nonprofit sector* (Setor Sem Fins Lucrativos), que caracteriza-se por ser voluntário onde tem a finalidade da caridade, ou seja, financiadas por doações. Neste mesmo sentido, no final da década de 70, foi que surgiu o termo *Third Sector* (Terceiro Setor).

Segundo Oliveira, Faria e Cezar (2018) no Brasil, o Terceiro Setor iniciou a sua atuação por intermédio da Igreja Católica, no século XVI, através das atividades de cunho social, ou seja, o Terceiro Setor surgiu com o intuito de satisfazer as necessidades da sociedade civil, em decorrência da dificuldade do Estado em atender as carências de certos grupos sociais da população.

Contudo podemos confirmar este posicionamento através da abordagem de Silva (2010), nos alicerces do terceiro setor brasileiro estão os princípios da filantropia e da caridade religiosa onde as primeiras organizações da sociedade civil nacional foram as Santas Casas de Misericórdia, que remontam aos meados do século XVI e se encontram atuantes até hoje.

A expressão Terceiro Setor surgiu na década de 80 no Brasil, embora que sua atuação não seja recente nas organizações onde passou a caracterizar as organizações privadas, mas sem fins lucrativos e que mantinham o seu foco nas soluções de problemas sociais. O Terceiro Setor é visto como um setor mais

moderno, pois existem outros dois setores da economia que são mais tradicionais: o Primeiro Setor, que é o setor público do qual fazem parte o Governo e o Segundo Setor, representado pelo mercado, e é mais conhecido como o setor privado (FARIA; REGO, 2014).

Conforme citado por Oliveira, Faria e Cezar (2018), existem três agentes distintos que atuam e auxiliam na atividade da economia, proporcionando o crescimento da economia, são eles: o Estado, o Mercado e o Terceiro Setor.

A terminologia do Terceiro Setor é utilizado em uma forma de tipologia organizacional onde classifica as entidades em três setores, conforme as suas características próprias: o primeiro setor é representado pelas instituições governamentais, ou seja, o Estado e, o segundo setor é constituído pelas empresas privadas com finalidades lucrativas, também chamado de mercado; e o terceiro setor seria uma combinação do primeiro com o segundo, uma vez que as entidades do terceiro setor possuem características tanto do Estado como do mercado (SLOMSKI et al., 2012) .

2.1.2 Conceitos e Características do Terceiro Setor

Com a impossibilidade de cumprir muitas vezes com seu dever no que refere-se as garantias fundamentais, o Estado concede subvenções às entidades privadas, através de convênios, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, como forma de, indiretamente, por meio dos incentivos, garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. Desta forma, é o terceiro setor que representa as entidades sem fins lucrativos, embora o termo sem fins lucrativos não signifique que estas organizações não busquem o lucro, porque é por este o meio necessário para a manutenção e continuidade das mesmas (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Segundo Oliveira e Romão (2008), o terceiro setor é composto por instituições cujas atividades desenvolvidas têm como foco os aspectos sociais, com fins não econômicos, que geram bens e serviços de caráter público. É composto por organizações, não importando a sua natureza jurídica, que realizam trabalhos nas áreas sociais, como educação, saúde, trabalho, cidadania e meio ambiente.

Embora haja muitos termos dados as instituições que compõem o terceiro setor, conforme confirmam Queiroz, Marques e Penha (2018) que as associações e fundações são normalmente chamadas por outras expressões, tais como: instituto,

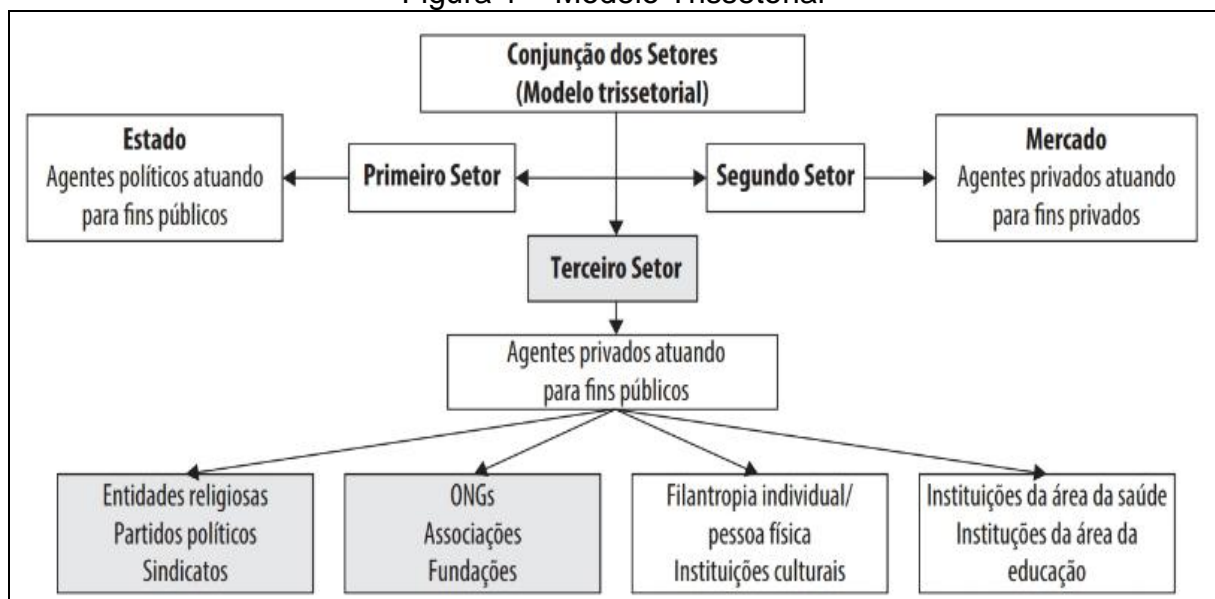
organização não governamental (ONG), entidade filantrópica, entidade assistencialista, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), entidade de utilidade pública. No entanto, as entidades sem fins lucrativos podem ser constituídas sob a forma jurídica de: associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos.

Conforme o art. 44 do Código Civil (BRASIL, 2002), as associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado. Ainda, o art. 45 afirma que começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

2.2 CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

Segundo Slomski et al. (2012), o modelo trissetorial surgiu como uma alternativa a dualidade público-privado, que para a economia avançar, tendeu-se a colocar um sinônimo entre estado e mercado, onde desta forma, as organizações são classificadas em três setores autônomos, mas interdependentes. Diante disso, o terceiro setor pode ser compreendido como a conjunção do primeiro setor com o segundo setor, pelo fato das entidades possuírem características tanto do estado como do mercado, como pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1 – Modelo Trissetorial



Fonte: Slomski et al. (2012).

O Estado nem sempre consegue cumprir com as demandas e necessidades sociais, sendo ineficiente no atendimento à diversas áreas da sociedade, onde isso favoreceu para o surgimento de um novo setor focado nas organizações sociais, em que esta apresenta características próprias, mas contudo, a economia mundial visa buscar a harmonização dos três setores pela impossibilidade deles atingirem seus objetivos isoladamente, proporcionando assim, o giro da economia e a evolução da sociedade (PEREIRA, 2017).

Embora haja uma conjunção e uma interdependência entre os setores, as entidades que constituem o terceiro setor apresentam uma contracultura, pois apresentam valores e culturas distintas tanto do estado quanto do mercado, uma vez que desempenham função social comum que é provocar transformação nos seres humanos e na sociedade, embora que cada instituição que forma o terceiro setor apresenta uma missão (DRUCKER, 1994).

A Norma Brasileira de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, a NBC TSP 1, estabelece os requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis elaboradas pelo regime da competência, ou seja, as normas específicas das estruturas e requisitos para seus conteúdos, sendo que esta deve ser a norma aplicada a todas as demonstrações contábeis do setor público, que é o governamental e terceiro setor (SLOMSKI et al., 2012).

Para que haja um bom trabalho contábil, é necessário que as instituições tenham um Plano de Contas, pois este irá nortear os registros de fatos e atos inerentes da empresa, fixando as regras que devem ser cumpridas durante os processos de escrituração contábil e, também por servir de parâmetro para a elaboração das demonstrações financeiras e contábeis (RODRIGUES et al., 2015).

As demonstrações contábeis devem ser elaboradas e apresentadas de forma a atender claramente qualquer tipo de informação e documentos publicados pelas instituições e precisam ser disponibilizadas em um período razoável para que as informações não prejudiquem a tempestividade informacional aos seus usuários (SLOMSKI et al., 2012).

Para melhor analisar as instituições que formam o terceiro setor, vale apresentar um paralelo entre as entidades privadas e das entidades do terceiro setor, sendo que as privadas comercializam serviços e produtos, onde apresentaremos três tipos de operações: investimentos, operações e resultados, como pode ser visualizado no Quadro 1 (PEREIRA, 2017).

Quadro 1 – Paralelo das Entidades

	Entidades Privadas	Entidades do Terceiro Setor
Investimento	Recursos investidos para manter a operação da organização, que se dividem em dois grupos: de capital (dinheiro) e humanos (pessoas).	Há dois tipos de financiamento: de capital (dinheiro) e humano (pessoas). O primeiro é conseguido por meio de doações de pessoas físicas ou jurídicas e os recursos humanos são geralmente compostos por pessoas voluntárias.
Operações	Refere-se à fabricação de um produto ou à prestação de um serviço. É por meio dessa operação que a empresa gera lucro, porém para tal apuração é necessário que a empresa seja eficiente, caso contrário, a empresa pode incorrer em prejuízos e comprometer sua continuidade.	A operação de uma organização do terceiro setor deve causar impacto social, ou seja, deve gerar benefícios claros à sociedade. Diferentemente das empresas privadas, as entidades sem fins lucrativos não precisam apresentar <i>superávit</i> , visto que seu objetivo tem foco na atuação social.
Resultados	São medidos pela quantidade de <i>superávit</i> , ou seja, lucro que a empresa gerou, uma parte dele vai para o patrimônio líquido e outra para distribuição com os investidores.	São avaliados principalmente pelo impacto social que devem ser mensurados por meio de variáveis adequadas e inerentes às atividades exercidas pelas entidades do terceiro setor. Em alguns momentos, os resultados também podem ser verificados por <i>superávits</i> , mas estes quando ocorrerem deverão ser reinvestidos na organização em questão.

Fonte: Adaptado de Pereira (2017).

O Plano de Contas é a estrutura básica da escrituração contábil, pois com a sua utilização, se estabelece todas as informações necessárias para a geração dos relatórios e livros contábeis, tais como: Livro Diário, Livro Razão, Balancete de Verificação, Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit, Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, mas para tanto deve atender vários usuários da informação contábil e da administração das instituições e, também conter todos os detalhes exigidos pela legislação fiscal (RODRIGUES et al., 2015).

As instituições religiosas são regidas pelo Código de Direito Canônico, que determina as regras e obrigações a serem cumpridas, ou seja, legislações vigentes em âmbito federal, estadual e municipal, mas também o Código Civil determina que

as instituições religiosas devem manter uma contabilidade planejada, estruturada e organizada de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, além de efetuar a apuração anual dos resultados (OLIVEIRA; FARIA; CEZAR, 2013).

2.2.1 Contabilidade em Instituições Religiosas

Conforme Slomski et al., (2012), no âmbito das instituições religiosas, podemos encontrar as igrejas, abrangendo não só as suas estruturas formais, mas também hospitais, universidades, escolas paroquiais, onde são criadas ou mantidas pelas igrejas.

No território brasileiro, as instituições religiosas tem grande representatividade no Terceiro Setor, pois estas desenvolvem atividades de assistência, educação e saúde apesar de não serem classificadas como origem religiosa (QUEIROZ; MARQUES; PENHA, 2018). Não podemos afirmar com precisão o que são organizações religiosas e nem questionar se seriam somente igrejas, sinagogas, mesquitas, centros espíritas ou também seriam seminários, faculdades de teologia, educandários, associações de igrejas e instituições que têm origens de confissões (OLIVEIRA; ROMÃO, 2008).

Segundo Oliveira, Faria e Cezar (2018), a característica essencial das instituições religiosas é uma constituição por indivíduos com o propósito em comum de culto ao sagrado, que vivem sob a perspectiva de uma fé, e, também apresentam um sistema organizado a partir de estruturas hierárquicas, cujo os fundamentos e doutrinas são decorrentes de uma religião ou crença.

Conforme o art. 44 do Código Civil, as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado, e o § 1º do referido artigo, incluído pela Lei nº 10.825/2003, prescreve que: “São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento” (QUEIROZ; MARQUES; PENHA, 2018).

Na Igreja Católica há o Código de Direito Canônico, onde é reconhecido como o regimento interno que consta as prescrições a serem cumpridas, tais como o cumprimento das legislações vigentes nas esferas municipais, estaduais e federais, mas também é necessário que cada paróquia crie uma comissão de assuntos

administrativos e econômicos para auxiliar o pároco (OLIVEIRA; FARIA; CEZAR, 2013).

No Terceiro Setor, além das demais organizações que a compõem, as instituições religiosas também são beneficiadas com incentivos fiscais, possuindo imunidade e isenção de alguns impostos garantidos na Constituição Federal, que no seu art. 150, VI, “b”, afirma que: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto”, garantia esta reforçada no art. 9º, IV, “b” e “c”, do Código Tributário Nacional, a CTN (BRASIL, 2012).

No Brasil, não existe normas específicas de contabilidade direcionadas para as instituições religiosas mas precisam manter a escrituração contábil, e portanto estas entidades utilizam-se da legislação vigente para as entidades sem finalidade de lucro, nelas incluídas as organizações religiosas (QUEIROZ; MARQUES; PENHA, 2018).

O Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou a Interpretação Técnica Geral, a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros, cujo objetivo é estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro (CFC, 2012).

Por exigência legal, de acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, no seu art. 70, parágrafo único descreve que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária (OLIVEIRA; FARIA; CEZAR, 2013).

Conforme previsto na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral, a NBC TG 26 ou na Seção 3 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral, NBC TG 1000, as entidades sem finalidade de lucro devem elaborar as seguintes demonstrações contábeis, quando aplicáveis: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas (CFC, 2012).

Segundo Slomski et al. (2012), a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis têm como propósito a representação da estrutura e da posição patrimonial e financeira e, também demonstrar o desempenho financeiro das instituições.

As instituições religiosas têm algumas particularidades no que diz respeito à titulação das contas: no Balanço Patrimonial, a denominação da conta capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. Já no Balanço Patrimonial, nas Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE), nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período, cuja descrição das demonstrações contábeis estão contidas no Quadro 2 (CFC, 2012).

Quadro 2 – Descrições das Demonstrações Contábeis

Demonstração Contábil	Descrição
Balanço Patrimonial	É uma demonstração indispensável a qualquer organização e que reflete de forma clara a posição patrimonial da entidade.
Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício	Informa as ações dos gestores no que tange aos recursos recebidos e aos custos e às despesas realizadas.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	Evidencia as modificações ocorridas no patrimônio social durante um exercício
Demonstração do Fluxo de Caixa	Traz as variações ocorridas nas disponibilidades da Instituição em termos de recebimentos e saídas de caixa.
Notas explicativas	Demonstram os critérios utilizados nas demonstrações e esclarecem operações que não foram refletidas monetariamente.

Fonte: Adaptado de Pereira (2017).

Conforme o exposto por Pereira (2017), podemos perceber que as demonstrações contábeis no terceiro setor são quase as mesmas que as demonstrações aplicadas em entidades privadas, estabelecidas pelas normas internacionais de contabilidade, devendo obedecer aos mesmos critérios e princípios contábeis das organizações empresariais.

Na instituição religiosa, temos as comunidades que são compostas por setores, entre eles, os da área administrativa e financeira, a qual estes dependem de uma estrutura organizacional que é conceituada como uma rede relativamente

estável de independência entre as pessoas e as tarefas que compõem a organização (CUNHA et al., 2015).

Ainda segundo CUNHA et al. (2015), a administração é fundamentada nos atos de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar, formando um conjunto de normas e princípios, com o papel de unir esforços individuais dos colaboradores, gerando grupos de trabalho em prol de um objetivo maior, que é o organizacional. Já a gestão é um outro importante trabalho a ser definido nas instituições religiosas, que quando bem aplicada é essencial para a saúde das entidades.

Conforme Ludícibus (1986), todos os procedimentos contábeis e financeiros ligados ao orçamento, planejamento e o fornecimento de informações, seja contábeis ou financeiras, sobre as instituições, recaem sem dúvidas no campo da contabilidade gerencial onde percebe-se a sua grande ferramenta em fornecimento de dados determinantes para a gestão saudável das organizações.

2.3 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade é uma ciência que estuda e pratica as funções de controle e de registro relativos aos atos e fatos da Administração e da Economia. Mas especificamente, trata do controle do patrimônio da organização e, isso é feito por meio dos registros contábeis, dos fatos e das respectivas demonstrações dos resultados elaborados. Para tanto, a contabilidade se tornou uma ferramenta indispensável para um controle da movimentação financeira, registrando a arrecadação (receitas) e despesas (SILVA, 2013).

Na contabilidade, no que se refere à gestão, abordam-se que a contabilidade gerencial busca fornecer informações aos administradores de uma instituição com a finalidade de ajudá-los a atingir os objetivos organizacionais, e que, para melhor gerir os recursos de uma organização, os administradores podem se valer de três atividades básicas: planejamento, direção e motivação e o controle (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013).

Na contabilidade gerencial e na contabilidade financeira há numerosas similaridades, mas os métodos foram desenvolvidos para diferentes propósitos e para diferentes usuários das informações financeiras. A contabilidade gerencial é relacionada com o fornecimento de informação para os responsáveis pela direção e controle das operações das instituições, ou seja, aos administradores responsáveis

dentro de uma entidade, já a contabilidade financeira é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, ou seja, investidores que estão fora de uma organização, com isso, podemos apresentar a comparação destes dois seguimentos da contabilidade no Quadro 3 (PADOVEZE, 2010).

Quadro 3 – Distinções entre Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira

	Contabilidade Gerencial	Contabilidade Financeira
Usuários primários	Gestores da organização em vários níveis.	Usuários externos, como investidores, agências governamentais e também gestores das organizações
Liberdade de escolha	Sem restrições, exceto custos em relação a benefícios de melhores decisões gerenciais.	Restringida pelos princípios de contabilidade geralmente aceitos.
Implicações comportamentais	Preocupação com a influência que as mensurações e os relatórios exercerão sobre o comportamento cotidiano dos gestores.	Preocupação em mensurar e comunicar fenômenos econômicos. As considerações comportamentais são secundárias, embora a compensação dos executivos baseada em resultados relatados possa ter impacto em seu comportamento.
Enfoque de tempo	Orientação para o futuro: uso formal de orçamentos, bem como de registros históricos.	Orientação para o passado: avaliação histórica.
Horizonte de tempo	Flexível, com uma variação que vai de horas a 10 ou 15 anos.	Menos flexível, geralmente um ano ou a um trimestre.
Relatórios	Detalhados: preocupam-se com os detalhes de partes da entidade, produtos, departamentos, territórios, entre outros.	Resumidos, preocupam-se primeiramente com a entidade como um todo.
Delineamento de atividades	Campo de ação se define com menos precisão. Uso mais intenso de disciplinas como economia, ciências de decisão e comportamentais.	Campo de ação se define com precisão. Menos uso de disciplinas afins.

Fonte: Adaptado de Horngren, Sundem e Stratton (2004).

Os contadores classificam as informações contábeis de dois tipos: a informação financeira, é objetiva e preparada periodicamente devendo atender os princípios contábeis e, a informação gerencial, é subjetiva e objetiva, preparada periodicamente ou de acordo com as necessidades organizacionais e gerenciais das entidades (WARREN; REEVE; FESS, 2008).

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada com um enfoque de várias técnicas e procedimentos contábeis conhecidos e utilizados pela contabilidade financeira, na contabilização dos custos, e nas análises financeiras e de balanços, apresentando um grau de detalhe mais analítico de maneira a auxiliar os gestores das instituições em seu processo de decisão (IUDÍCIBUS, 1986).

Segundo Padoveze (2010), a contabilidade gerencial é o processo de identificação, acumulação, mensuração, análise, preparação, comunicação e interpretação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejar, avaliar e controlar internamente uma instituição e para assegurar e contabilizar o uso adequado dos seus recursos.

No terceiro setor, os gestores de forma planejada, devem tomar decisões para o alcance da missão da instituição e também saber lidar com as diversas partes interessadas das entidades, desde os beneficiários até os financiadores. Também espera-se que os gestores tenham uma sólida reputação para trazer a confiabilidade de suas ações, capacidade de pensamento estratégico e de saber implementar ações assertivas para suprirem as carências administrativas e laborais, visto que é um setor que tem baixo grau de investimento onde deve ser formado pelo voluntariado (PEREIRA, 2017).

Os gestores buscam utilizar os recursos de forma eficiente a tal ponto de atingir os objetivos das entidades, e podem utilizar as informações contábeis para auxiliar na orientação de suas ações por meio de ferramentas de apoio a gestão que são as análises das demonstrações contábeis e outros relatórios gerenciais (QUEIROZ; MARQUES; PENHA, 2018).

Conforme Witt (2012), a análise vertical tem por finalidade a avaliação da proporção de cada componente das demonstrações contábeis em relação ao todo de que faz parte, para identificar as mudanças ocorridas de período a período e para sugestão de alternativas que melhorem os resultados. Já a análise horizontal tem por finalidade avaliar o aumento ou redução de valores monetários dos componentes das demonstrações contábeis. Em ambas análises são importantes que as variações

expressivas sejam levadas a sério e investigadas as causas para assim, garantir a boa administração e o bom gerenciamento dos recursos obtidos.

Segundo Padoveze (2010), podemos compreender que a contabilidade gerencial pode existir se haverá alguém que faça uma ação, isso entende-se que deve haver uma pessoa dentro da organização que consiga traduzir os conceitos contábeis em atuação prática, ou seja, uma pessoa que consiga gerenciar a informação contábil, e que a utilize como instrumento da administração para a organização. O autor ainda acrescenta que a Contabilidade Gerencial deve suprir, através do sistema de informação contábil gerencial todas as áreas da organização.

As informações da contabilidade gerencial devem atender à gestão em todas as suas necessidades, portanto elas são mais estudadas em duas particulares ênfases no uso destas informações: a ênfase no controle de gestão e a ênfase na tomada de decisão (GONÇALVES; RICCIO, 2009).

2.3.1 Informação Contábil Como Instrumento de Gestão

O desafio maior da informação é o de habilitar os gestores a alcançar os objetivos propostos da organização, por meio do uso eficiente dos recursos disponibilizados pelos sistemas organizacionais (BEUREN, 2000).

A gestão é a habilidade e a arte de liderar pessoas e coordenar processos, a fim de realizar a missão de qualquer organização. O termo gestão é a tradução atualizada da palavra inglesa management onde por muito tempo no Brasil, usou-se outra palavra: administração, mas ela tinha a desvantagem de aludir, sobretudo, ao patrimônio físico e monetário. Atualmente hoje, os dois termos alternam-se pois vários livros traduzidos do inglês, apresentam tanto o termo gestão como administração para management (CUNHA et al., 2015).

Os gestores, por meio de um modelo de organização, como no caso das instituições religiosas, podem compreender a sua estrutura e as relações que nela existem, e com isso, consegue perceber as mudanças a serem implementadas e estudadas nas instituições. Por muito tempo, a contabilidade vem construindo estes modelos a partir de suas demonstrações contábeis (BEUREN, 2000).

Os usuários das informações contábeis enquadram-se em três categorias: primeiramente os gestores internos que utilizam a informação para o planejamento e controle das operações rotineira de curto prazo das entidades, por segundo os

gestores internos que usam a informação contábil para tomar decisões e formular políticas e planos de ações de longo prazo e, por fim, os usuários externos que utilizam as informações da entidade para tomar decisões a respeito das mesmas, como por exemplo, acionistas de algum fim específico (HORNGREN; SUNDEM; STRATTON, 2004).

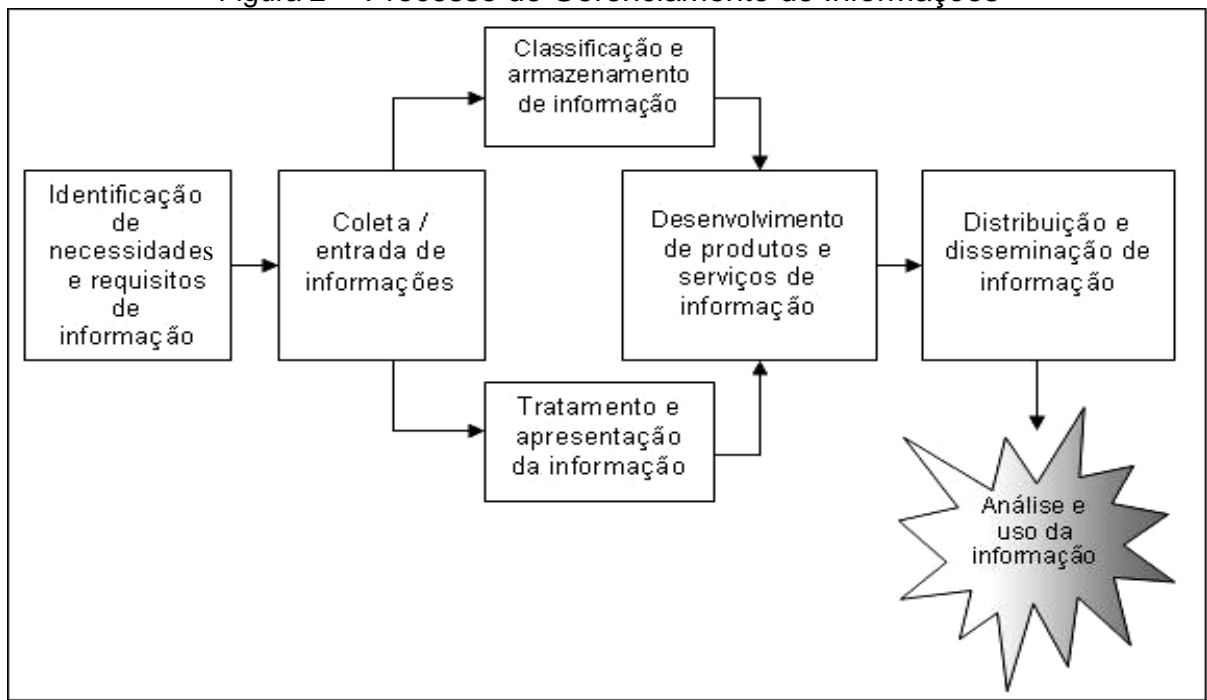
Segundo Santos e Damian (2017), a gestão da informação pode ser conceituada como um processo pelo qual são obtidos, desenvolvidos ou utilizados recursos básicos para o gerenciamento de informações dentro do ambiente organizacional e que também possa servir para a sociedade.

O controle de gestão é considerado como o processo de influenciar o comportamento dos membros de uma entidade, ou seja, é uma série de mecanismos projetados para aumentar a probabilidade de as pessoas se comportarem de modo a alcançar os objetivos da organização (GONÇALVES; RICCIO, 2009).

Para executar os planos da organização é necessário que haja um processo coordenado de todas as etapas do gerenciamento de informação onde é de extrema importância que se tenha uma compreensão da sequência das tarefas do processo de gestão da informação, mas este processo, não é algo que possa ser reduzido a uma sequência de passos que devem ser seguidos, mas ele constitui-se num conjunto de tarefas logicamente conectadas, sob a responsabilidade de um gestor, como pode ser apresentado na Figura 2 (BEUREN, 2000).

Conforme Beuren (1998), podemos compreender a figura que na identificação das necessidades de informação, é necessário que o indivíduo conheça as diversas forma alternativas para tornar a informação mais estratégica para os usuários; na coleta de dados, compreende-se identificar quais as necessárias informações a ser utilizada; na classificação e armazenamento de informação e tratamento e apresentação de informação é necessário o sistema ocorrer de acordo com a forma de trabalhar com a informação, tornando mais fácil o acesso; no desenvolvimento de produtos e serviços de informação, entende-se a exploração do conhecimento e experiência dos profissionais da informação a fim de produzir serviços mais eficientes para a execução da estratégia da organização; na distribuição da informação seria a fase natural de disseminar a informação aos demais e, por fim a análise do uso das informações com o intuito de promover os problemas e as necessidades informacionais.

Figura 2 – Processo de Gerenciamento de Informações



Fonte: Adaptado de Beuren (1998).

Conforme Padoveze (2010), o principal foco dos estudos sobre a missão das entidades está centrado no conceito de criação de valor, associando dentro do processo de informação gerado pela contabilidade para que as organizações possam cumprir com a sua missão, ele ainda acrescenta que a contabilidade gerencial é a informação que cria valor, ou seja, os sistemas contábeis gerenciais podem criar valor considerável, para o fornecimento de informações oportunas e precisas sobre as atividades chegando ao sucesso das organizações.

Segundo Gonçalves e Riccio (2009), os sistemas de informação que fornecem feedback em relação ao desempenho de toda a organização e de seus componentes podem funcionar como facilitadores da aprendizagem da organização.

Conforme Sales (2013), um sistema de informação gerencial também pode ser chamado de sistema de apoio à gestão empresarial ou sistema gerencial, tem por finalidade filtrar as informações da empresas e agrupá-las em forma de relatórios para o processo de gestão.

O ponto fundamental da contabilidade gerencial é o uso da informação contábil como ferramenta para a administração onde para ela ser usada no processo é necessário que seja desejável e útil para as pessoas responsáveis pelo gerenciamento das instituições, em que para isso acontecer, deve ter uma construção de um Sistema de Informação Contábil. A contabilidade já é uma

informação para os gestores, entretanto, para se fazer contabilidade gerencial é necessário um sistema de informação contábil gerencial, que seja um instrumento dotado de características que preencham as necessidades informacionais tanto para os administradores como para os gestores das instituições (PADOVEZE, 2010).

As organizações trabalham baseadas em informações que transmitem os recursos suficientes para a tomada de decisão, para isso é necessário que haja um sistema de informação bem estruturado, pois este sistema é baseado em dados e informações da organização que são transformados em relatórios, onde estes são destinados para as pessoas que tomam decisão, para que este o faça a melhor escolha respeitando a missão da entidade (FONSECA; GARCIA, 2007).

2.3.2 Informação Para Tomada de Decisão

As informações podem ser conceituadas como tudo o que reduz a incerteza sobre determinado evento, pois elas, apresentam mensagens que chamam a atenção do receptor, de tal forma à diminuir a incerteza e estimular a tomada de determinada decisão (GONÇALVES; RICCIO, 2009)

Dentro das entidades ou mesmo fora de seu ambiente, as decisões precisam ser tomadas constantemente e para que isso ocorra, é preciso que as informações sejam elaboradas de forma correta e rápida, desempenhando assim, seu papel de dar suporte para a tomada de decisão, ou seja, a informação deve ser significativa para a empresa e jamais pode custar mais do que vale para a organização (FONSECA; GARCIA, 2007).

Conforme Beuren (1998), a ligação das palavras informação e decisão implica assumir uma importante relação em qualquer tipo de entidade onde é a existência entre o informador (pessoa na qual elabora, interpreta e comunica a informação) e o decisor (pessoa responsável pela avaliação de alternativas e que toma as decisões), ou seja, o informador seleciona e desenha o sistema de informação para produzir e fornecer a informação a ser utilizada pelo decisor conforme as legislações da entidade.

A informação é o produto final do sistema de informação onde ela necessita ser apresentada em forma, prazo e conteúdo adequado para os usuários pois, a informação é o dado trabalho que permite aos executivos tomarem decisões onde este dado trabalho se transforma em informação, que se converte em conhecimento

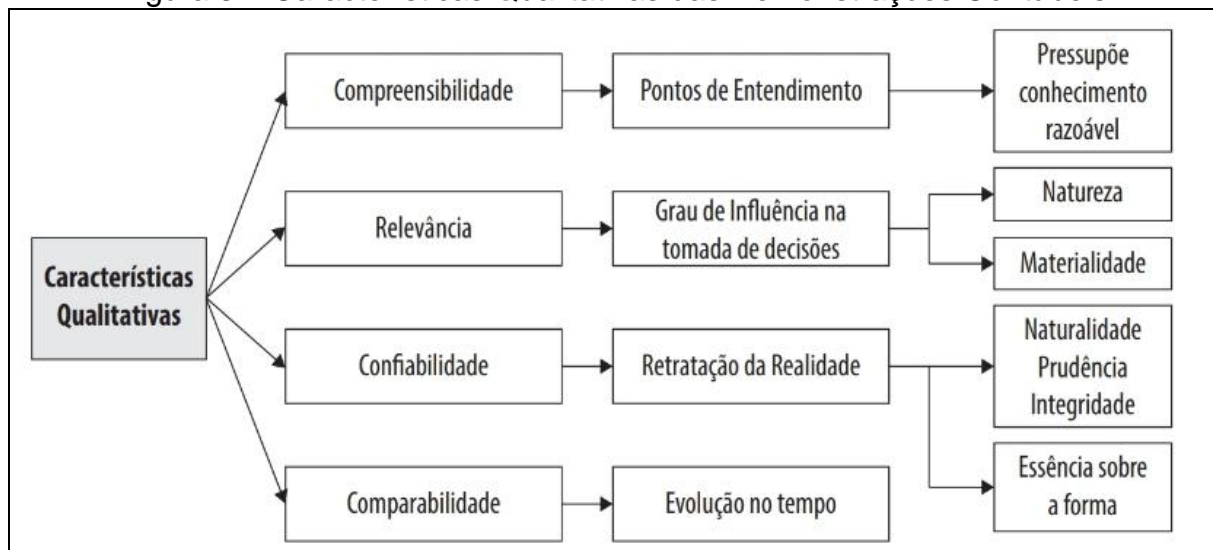
quando auxilia no processo decisório das instituições, por isso, que o conhecimento é a capacidade de aplicar informação a um trabalho ou um resultado específico (RAIFUR et al., 2008).

A decisão é considerada como a escolha entre as alternativas para a realização de um objetivo, onde a informação pode ser considerada a principal entrada do processo, e que o fornecimento de informações mais relevantes ao processo decisório é um grande desafio para os desenvolvedores de sistemas de apoio (GONÇALVES; RICCIO, 2009).

Para uma informação ser considerada útil para a tomada de decisão, ela precisa apresentar algumas características, divididas em fundamentais (relevância e representação fidedigna) e de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade). Assim, se apresentarem estas características, presume-se que os gestores terão recursos para as tomadas de decisão (QUEIROZ; MARQUES; PENHA, 2018).

Segundo Slomski et al., (2012), descrevem que os gestores devem observar também se a informação contida nas demonstrações contábeis apresentam certas características que as tornam úteis para os usuários, que são: relevância, confiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade, conforme o autor apresentou-se resumidamente as características na Figura 3..

Figura 3 – Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis



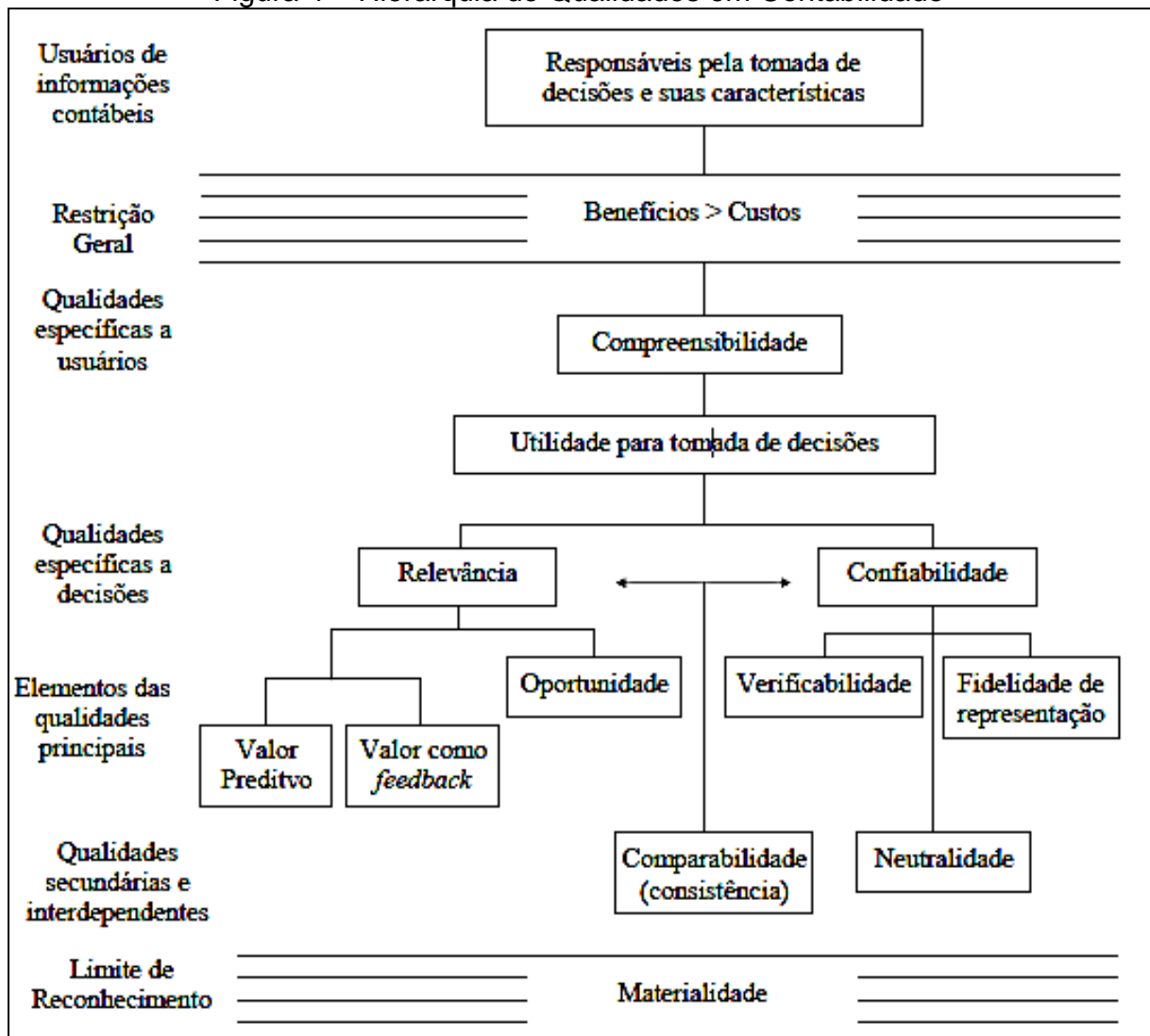
Fonte: SLOMSKI et al. (2012)

Ainda Slomski et al. (2012) acrescenta, que para uma informação ser compreensível, ela necessita que os usuários tenham conhecimento razoável dos

negócios e que devem ser incluídas as informações complexas nas demonstrações contábeis, inclusive em notas explicativas; relevância, compreende o grau de influência da informação contábil sobre as necessidades dos usuários para a tomada de decisão; a informação deve ser confiável onde não pode apresentar erros e precisa representar aquilo que se propõe a representar e por fim, comparável, para que os usuários possam identificar e compreender as similaridades e diferenças entre elas.

Tendo a informação como o centro do conflito entre contabilidade e usuário, pode-se dizer que Hendriksen e Breda (2015) tenham criado um dos modelos mais completo do conjunto de atributos necessários para que a informação seja útil e que atenda os objetivos da contabilidade, conforme pode ser demonstrado na Figura 4.

Figura 4 – Hierarquia de Qualidades em Contabilidade



Fonte: Hendriksen e Breda, (2015)

Uma das principais funções da contabilidade é suprir informações que sejam úteis para os gestores, ou seja, cabe a ela gerar informações relevantes que podem dar um devido suporte quanto ao processo de tomada de decisão de seus estágios. Na fase de reconhecimento dos problemas, a contabilidade é apresentada como um importante instrumento de gestão na medida que é um sinalizador que aponta as variações em relação aos padrões estabelecidos pela organização, ela também desempenha um papel importante na identificação de possíveis alternativas até a escolha da melhor decisão a ser tomada perante o problema da entidade, pois o sistema contábil permite evidenciar a alternativa mais adequada a ser tomada pela organização a tal ponto de oferecer maior retorno e rentabilidade (BEUREN, 2000).

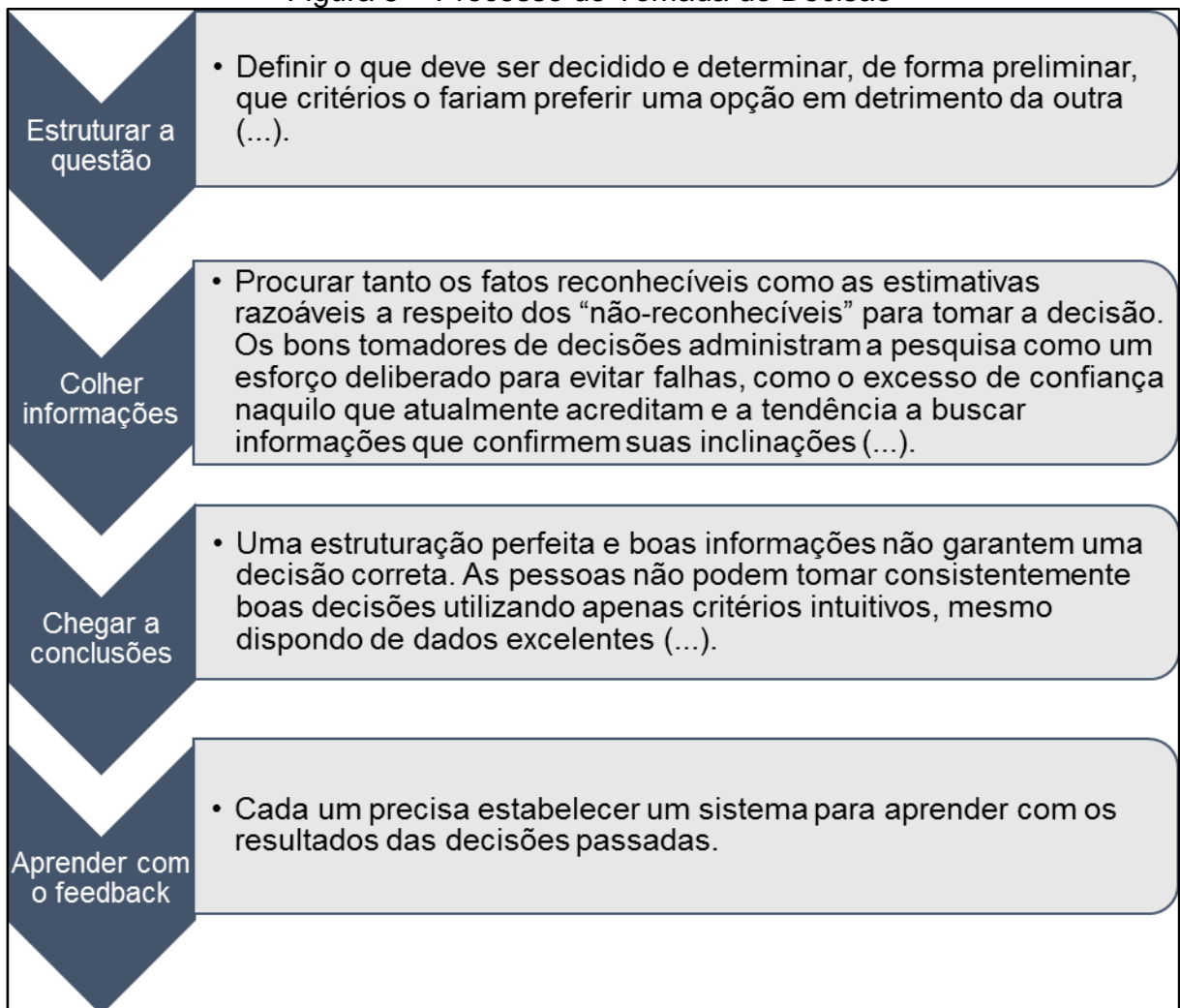
Conforme acrescenta ainda Beuren (2000), que após o funcionamento de um sistema de informação, ou seja, depois de implantado, a informação acaba influenciando os gestores para a tomada de decisão, porque ela tem a capacidade de reduzir a incerteza das condições ambientais onde a instituição está inserida e com isso, induz o gestor tomar as melhores decisões.

Para tanto, os gestores devem tomar decisões nas seguintes condições: primeiramente, em condição de certeza onde em cada curso de ação possível conduz a um resultado específico; por seguinte, em condição de risco, na qual cada alternativa possível conduz a um conjunto de resultados específicos associados a problemas conhecidos e por fim, em condição de incerteza, quando as possibilidades associadas aos resultados não são conhecidas (RAIFUR et al., 2008).

Ainda o autor acrescenta que as decisões tomadas pelos gestores podem ser caracterizadas como decisões programadas em que permite o estabelecimento de procedimentos padrões a partir de diretrizes lógicas, ou não-programadas, quando há inexistência de referência, não permitindo a criação de um método padrão e sim, baseando-se por diretrizes estratégicas.

Segundo Schoemaker e Russo, (2002), a informação contábil pode gerar dados importantíssimos aos gestores das instituições a tal ponto de promoverem as tomadas de decisões de diversos setores organizacionais, onde podemos destacar os quatro elementos principais em que é dividido o processo de tomada de decisão, conforme pode ser apresentado na Figura 5.

Figura 5 – Processo de Tomada de Decisão



Fonte: Schoemaker e Russo (2002).

O sistema de informação apresenta um conjunto de elementos humanos, tecnológicos, materiais e financeiros que viabiliza a captação de dados, seu processamento e a geração e divulgação de informações, ou seja, o sistema de informação é encarregado de promover informações em todas as etapas do processo gerencial (planejamento, execução e controle), para as diversas áreas funcionais e níveis hierárquicos da organização, para tanto elas precisam ser comunicadas e concebidas conforme os princípios e procedimentos estabelecidos pelo modelo gerencial da entidade (BEUREN, 2000).

Conforme Sales (2013), apresenta que atualmente os sistemas de informação são indispensáveis para as entidades, pois são eles que dão suporte para a tomada de decisão, por apresentarem inúmeros benefícios para a organização, como por exemplo maior valor agregado aos produtos, maior segurança, melhor serviço, maior precisão, maior eficiência, maior produtividade, menos erros, maior e melhor controle

sobre operações. Além disso, um bom sistema de informação pode trazer melhorias tanto no processo em si como para as pessoas que fazem parte da organização.

Segundo Padoveze (2010), o sistema de informação é um conjunto de recursos agregados segundo uma sequência lógica, para o processamento de dados e tradução em informações, para permitir que as entidades possam cumprir com os seus principais objetivos.

Contudo, pode-se observar que os gestores buscam utilizar os seus recursos de forma eficiente a atingir os objetivos organizacionais, e podem utilizar as informações contábeis para auxiliar a tomada de decisão e na orientação de suas ações, por meio de ferramentas de análise de demonstrações contábeis ou outros relatórios gerenciais. Algumas dessas ferramentas de apoio à gestão nas entidades são: análises horizontais e verticais, indicadores de liquidez, orçamentos e fluxos de caixa (QUEIROZ; MARQUES; PENHA, 2018).

Atualmente, pode-se apresentar que a contabilidade não é mais encarada como uma simples forma de controle burocrático mas um importante aliado fornecedor de relevantes informações para tomada de decisões (NEVES, 2013).

3 METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é descrever a metodologia adotada para a elaboração e o desenvolvimento do estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O método é definido como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo, que se refere aos conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, onde dessa forma, podemos afirmar que a metodologia é resultante de um conjunto de procedimentos ou métodos a serem seguidos pelo pesquisador para a obtenção do conhecimento (MARCONI; LAKATOS, 2003). Assim, a seguir serão indicados alguns passos a serem seguidos para a construção da pesquisa.

Em relação aos procedimentos técnicos, podemos classificar a pesquisa como bibliográfica. Conforme Gil (2008), afirma que é necessária para a construção de qualquer estudo científico, visto que procura conhecer, analisar e explicar um tema por meio de referências publicadas em livros, revistas, jornais, *sítes*, entre outros, visando à construção do referencial teórico do presente estudo. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, em que esta vantagem, torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Será usado um estudo de caso relacionado a uma organização religiosa situada na cidade de Montenegro, onde engloba 32 instituições religiosas, chamadas de paróquias, visando aplicar de forma prática os conceitos teóricos levantados através da pesquisa bibliográfica.

Segundo Martins (2002), o estudo de caso dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais de uma (ou algumas) unidade social: indivíduo, grupo, instituição, comunidade, entre outros, são validados pelo rigor do protocolo estabelecido. Para Fachin (2001), o estudo de caso é caracterizado por ser um estudo intensivo. É levada em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, de assunto investigado. Quando o estudo é intensivo pode até aparecer relações que de outra forma não seriam descobertas.

Conforme acrescenta Gil (1999), que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, para Mattar (1997), o estudo de caso é um método de conhecer problemas não suficientemente definidos através de outras fontes de pesquisa e que envolve uma análise de registros existentes. O objetivo de estudo pode ser um indivíduo ou um grupo de indivíduos, sendo um método de pesquisa exploratória, seu objetivo é o de gerar hipóteses e possibilitar a ampliação dos conhecimentos sobre o problema em estudo.

Quanto a forma de abordagem do problema, trata-se de uma abordagem qualitativa, pois conforme Cunha et al., (2015) afirma que a principal diferença entre uma abordagem qualitativa e quantitativa reside no fato de, a abordagem qualitativa não empregar um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema, portanto em relação a abordagem da questão problema do presente trabalho, será de cunho qualitativa, pois iremos realizar um estudo de caso na Mitra Diocese de Montenegro, e com isso será analisado dos dados numéricos e estatísticos da mesma.

Quanto aos objetivos específicos, a pesquisa será definida como descritiva, pois conforme Gil, (2008), a pesquisa descritiva tem como finalidade descrever as características de uma população ou correlacionar variáveis, já a pesquisa exploratória é aquela que objetiva obter uma visão geral, sendo adotada quando o assunto é pouco conhecido ou explorado. Contudo, a presente pesquisa a ser adotada será descritiva, na qual tem o objetivo de descrever as características das instituições religiosas da Diocese de Montenegro – RS, estabelecendo as relações entre si.

Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

- Entrevistas formais e informais
- Tabulação das respostas utilizando o Excel.
- Análise dos dados levantados utilizando o embasamento teórico, alinhado ao objetivo e a questão de pesquisa.

4 MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE EM ESTUDO

Conforme já apresentado no referencial teórico, dentro do Terceiro Setor temos diversas entidades, entre elas, as instituições religiosas que de acordo com a Lei Federal nº 10.825/03, passaram a serem consideradas pessoas jurídicas de direito privado.

O Terceiro Setor é composto por organizações com objetivos sociais, ao invés de econômicos, pois nela são apresentadas as entidades de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos e outras organizações voluntárias, ou seja, são entidades que não distribuem seus lucros aos proprietários e não estão sujeitas a controle público direto, elas têm independência para determinar o futuro. Com isso, cada organização religiosa é livre para definir sua organização, estrutura e funcionamento, desde que seguem uma estrutura jurídica na elaboração de seus estatutos.

Conforme o novo Código Civil, a elaboração de um estatuto para uma organização religiosa deverá ser desenvolvida com referência às associações civis, uma vez que na lei civil não há uma definição específica para tal organização.

A Mitra da Diocese de Montenegro organiza-se como:

1º - Pessoa Jurídica Canônica para responder questões relacionadas ao mundo espiritual, pastoral e disciplinar, fundamentada nas regras de Direito Canônico, através da denominação Cúria. Conforme citado no Código de Direito Canônico (art.469), (1983, p.223), aborda que “A cúria diocesana consta dos organismos e das pessoas que ajudam o Bispo no governo de toda a diocese, principalmente na direção da ação pastoral, no cuidado da administração da diocese e no exercício do poder judiciário”. Desta forma, podemos dizer que a Cúria é um elemento fundamental de comunhão e participação na vida da Igreja.

2º - Pessoa Jurídica de Direito Eclesiástico respeitada pela sociedade civil, cumpridora dos deveres constitucionais e contemplada com a razão social de Mitra Diocesana (complemento da Cidade), inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) e reconhecida nos termos do Código Civil Brasileiro. Tendo como representante legal o Bispo Diocesano.

Por sua vez, o Conselho para Assuntos Econômicos Paroquiais atende uma exigência do Código de Direito Canônico, em que este aborda que “o Conselho Econômico é obrigatório, como é em todas as pessoas jurídicas canônicas”. Portanto, a Mitra da Diocese de Montenegro tem um Conselho Administrativo e Econômico da Diocese – CAED, que para fazer a composição dos membros é definido pelo bispo e ecônomo, em que hoje é formado pelo bispo, contador da diocese, ecônomo, um padre e cinco fiéis que tenham conhecimento na área administrativa e econômica (empresários, contadores e administradores). A paróquia por filial da diocese, ela também é inscrita no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) necessariamente precisa do Conselho para Assuntos Econômicos Paroquiais (CAEP), onde é fundamental este conselho para o gerenciamento da funcionalidade da paróquia, pois favorece a administração da área financeira e patrimonial da entidade.

Cada paróquia precisa desenvolver as suas atividades sozinha desde que, em consenso com o regimento da diocese, ou seja, cada paróquia deve dispor de recursos econômicos e financeiros para o desenvolvimento de suas finalidades, portanto, a gestão de uma paróquia vai muito além da questão pastoral.

4.2 HISTÓRICO DA MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO

Para compreendermos melhor sua estrutura organizacional, é necessário primeiramente ter uma apresentação de como foi constituída a Mitra da Diocese de Montenegro.

No dia oito de março de 2001, o então arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, Dom Dadeus Grings, dividiu a Arquidiocese de Porto Alegre em cinco vicariatos territoriais, localizados em Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Guaíba e Montenegro e, um vicariato temático, chamado de Vicariato da Cultura onde anunciou Dom José Clemente Weber, como Vigário Episcopal do Vicariato de Montenegro. Na época, o vicariato abrangia 29 (vinte e nove) paróquias e 32 (trinta e dois) municípios.

Numa reunião dos bispos da Região Sul 3 (três) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi analisado a conjuntura eclesial do Rio Grande do Sul, onde concluíram que o Vicariato de Montenegro reunia todas as condições para tornar-se Diocese. Em 2003, o Conselho de Presbíteros e o Conselho de

Pastoral começaram o planejamento, a organização, com a criação de comissões e elaboração do projeto. Já em abril de 2006, durante a assembleia dos bispos, em Itaici, o bispo Dom Dadeus Grings entregou o projeto de criação da diocese ao Núncio Apostólico, e em novembro de 2007, o Papa Bento XVI (dezesesseis) autorizou a criação da Diocese.

No dia 2 de julho de 2008, o Papa Bento anunciou oficialmente a criação da Diocese de Montenegro, quando Dom Paulo Antônio de Conto foi nomeado o primeiro bispo. A instalação da Diocese e a posse de Dom Paulo ocorreu no dia 6 de setembro de 2008, às quinze horas, na Igreja Matriz São João Batista de Montenegro, que após esta data passou a ser considerada a Catedral da nova Diocese, e também foi anunciada a reabertura do Seminário Menor São João Maria Vianney, localizado em Bom Princípio.

Na Cúria Diocesana, as atividades no prédio foram oficialmente iniciadas em 5 de janeiro de 2009, onde compreende a Residência Episcopal e o Centro de Pastoral e Sede Administrativa localizada na Rua Assis Brasil, 1167, Bairro Centro de Montenegro - RS.

A primeira transição de bispado ocorreu em 2017, pois em março o Papa Francisco nomeou o Pe. Carlos Romulo Gonçalves e Silva, da Arquidiocese de Pelotas, como bispo coadjutor, para colaborar no governo pastoral do Bispo Dom Paulo de Conto até o momento de sua renúncia, que ocorreu em outubro do mesmo ano, pelo fato de completar seu 75º (septuagésimo quinto) aniversário. Após o Papa assinar a renúncia de Dom Paulo e este se tornar bispo emérito, Dom Carlos Romulo tomou posse em outubro de 2017.

A Mitra da Diocese de Montenegro, como instituição eclesiástica é como entidade civil, integra e representa, mantendo sob personalidade jurídica, as paróquias, os templos católicos, as casas paroquiais, a cúria diocesana, bispado, centros paroquiais, centros de evangelização, capelas mortuárias, estabelecimentos de ensino, casas de formações, casas de retiros, casas de artigos religiosos, salões paroquias e comunitários, hospitais, emissoras de rádios e demais obras sociais, mantidas pela Diocese, detentora da titularidade de todos os bens e direitos de uso e serventia que lhe são próprios.

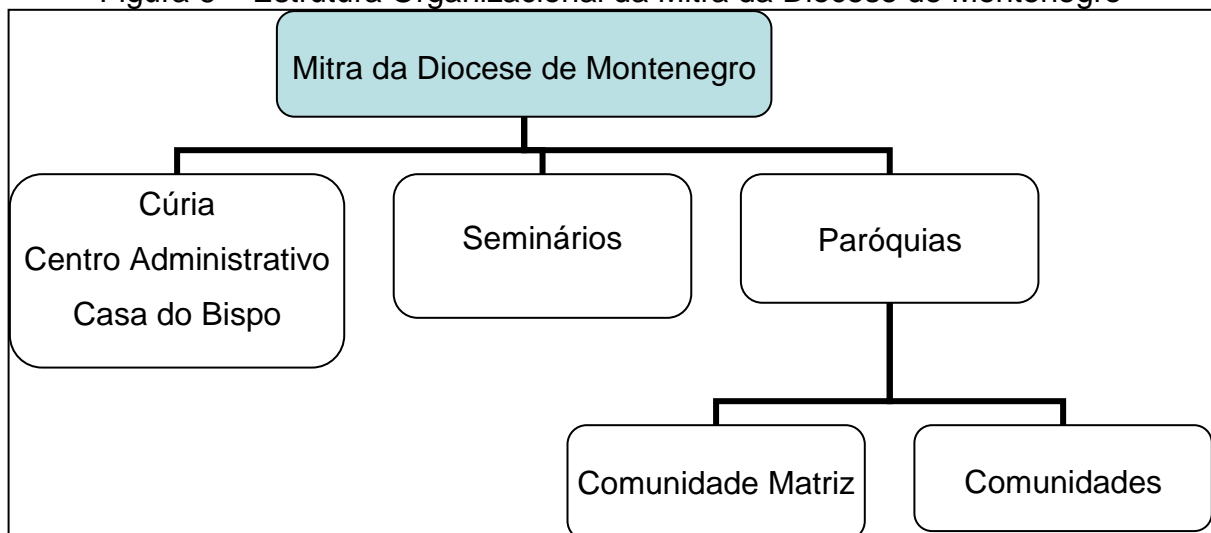
A Diocese de Montenegro tem uma área total de 4.397 Km² e com uma população total de 395.715 e, abrange 32 (trinta e dois) municípios distribuídos por cinco áreas de localização, onde são estes os municípios que compõem a Diocese:

Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Bom Retiro do Sul, Brochier, Capela de Santana, Colinas, Estrela, Fazenda Vilanova, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Paverama, Poço das Antas, Portão, Roca Sales, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tabaí, Taquari, Teutônia, Triunfo, Tupandi, Vale Real e Westfália.

Nestes municípios, compreendemos as trinta paróquias distribuídas em 358 (trezentos e cinquenta e oito) comunidades da Diocese, contando com 46 (quarenta e seis) padres diocesanos, 4 (quatro) diáconos permanentes, 3 (três) padres religiosos e 976 (novecentos e setenta e seis) ministros da comunhão e esperança, como também temos três seminários: Seminário São João Maria Vianney (cidade de Bom Princípio), Seminário Propedêutico São Paulo Apóstolo (cidade de Montenegro) e Seminário São João Batista (cidade de Viamão).

Na Figura 6, podemos observar a Estrutura Organizacional da Mitra da Diocese de Montenegro.

Figura 6 – Estrutura Organizacional da Mitra da Diocese de Montenegro



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da Mitra.

As instituições com finalidade religiosa são baseadas na Doutrina Social Cristã, ou seja, pelos princípios, critérios e diretrizes em relação à organização social e política onde desenvolvem atividades sem fins lucrativos, na área de assistência social, visando a promoção das pessoas, grupos e comunidades.

O patrimônio da empresa é constituído de bens, créditos e direitos que se destinam à realização de seus objetivos, sendo na matriz como nas suas filiais. As

subvenções e doações recebidas são aplicadas nas finalidades a que estejam vinculadas, conforme a necessidade de cada instituição. A empresa não distribui lucros ou dividendos aos seus participantes, nem remunera seus dirigentes, conselheiros e diretores; os recursos da Mitra são aplicados integralmente no país, para manutenção e desenvolvimento de seus objetivos.

As receitas e despesas da Mitra da Diocese de Montenegro são escrituradas em livros revestidos das formalidades legais que lhes comprovam a exatidão, onde a partir dos dados de cada organização da Diocese é gerado o relatório geral da Mitra, que é encaminhado para a Auditoria para realizar a conferência e desenvolvimento das demonstrações da mesma.

A estrutura empresarial da Cúria Diocesana funciona como administração central, que se encarrega de realizar os trabalhos burocráticos, prestando serviços a todas as paróquias e comunidades da Diocese de Montenegro. A mesma não possui um posicionamento e um pensamento como uma empresa convencional, mas têm compromissos que devem ser cumpridos igualmente como outras empresas, como por exemplo, o cumprimento dos prazos e datas para entregas de documentos. Para tanto, cada departamento realiza o cumprimento de suas obrigações.

A Mitra Diocesana diferencia-se das empresas convencionais por não ter como objetivo principal o lucro. Ela atua nas diversas cidades de forma a buscar a evangelização e o desenvolvimento do ser humano em prol de uma sociedade mais justa e digna. Seus serviços não se limitam a produção, compra e venda de produtos, mas sim se direcionam à promoção e bem estar da sociedade.

A administração se dá através da delegação de responsabilidades para cada Paróquia, visto que é um dever administrar com eficiência os bens que são da igreja, prestando contas dessa administração, através da entrega e apresentação da contabilidade mensalmente para a Cúria onde conta as notas fiscais originais, os extratos bancários e o relatório do boletim financeiro de cada paróquia (Matriz e Comunidades) e, sendo que na medida que surgirem dúvida perante a realização dos lançamentos da movimentação dos caixas no sistema, é obrigatório que se tenha contato com o setor contábil ou financeiro, para que sejam tomadas as devidas providencias como também para não realizar algo fora do comum da contabilidade.

Esta delegação acontece no momento que são nomeados o pároco e o vigário paroquial, que são auxiliados por uma equipe administrativa, chamada de

coordenação que é composta por leigos que auxiliam no melhor desenvolvimento dessa filial, como tomar decisões de compra de bens ou realizar investimentos de melhoria na paróquia, e sobre também a forma de desenvolver-se financeiramente com as obrigações.

A administração financeira e controle orçamentários da Mitra da Diocese de Montenegro são realizados pelo ecônomo diocesano, juntamente com o Conselho de Assuntos Econômicos. Todas as filiais prestam mensalmente informação à matriz, ou seja, a Mitra Diocesana através da entrega das notas e do boletim financeiro da contabilidade, onde por meio desses dados, o ecônomo e o conselho econômico tomam decisões para fazer as melhores aplicações financeiras dos recursos. Desta forma, as operações financeiras são de investimento em aplicações financeiras e em bens patrimoniais que são supervisionados e administrados pelo ecônomo diocesano.

4.3 MERCADO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A instituição apesar de ser uma entidade religiosa imune que prega pela moral, bons costumes, integridade e transparência, tem a obrigação de apresentar tudo o que a lei exige, como: Declarações para Receita Federal e Registro de Livros Diário, só assim poderá preservar a imunidade tributária.

A Mitra da Diocese de Montenegro por ser uma entidade sem fins lucrativos, não produz ou comercializa produtos, ou seja, a finalidade da empresa não é a fabricação de um produto e nem a prestação de serviço direta ou para outras empresas. A matéria-prima da instituição religiosa é o ser humano e o produto é o ser humano transformado em uma pessoa mais consciente, justa e solidária.

A organização se mantém pelas doações recebidas em valores monetários, através de pagamentos de contribuição do dízimo e cemitério mensal ou anual dos membros das comunidades (depende de cada regimento interno das paróquias), contribuição de coletas, intenções de missas, capelinhas, festas e promoções, como também doações de pessoas físicas ou jurídicas (10% deste valor arrecadado, é repassado para a Cúria onde está mantem a estrutura organizacional, ou seja, ela realiza o rateio para os seminários onde auxilia para a formação de novos padres).

Os serviços prestados pela administração central da Mitra Diocesana de Montenegro, são: Setor de Arquivo onde são emitidas certidões de batismo para

processos de casamento e cidadania, como também certidões de crisma, casamentos e de óbito; Departamento de Pessoal onde são realizadas as rotinas trabalhistas, como folha de pagamento, admissão e demissão, exames periódicos; Tecnologia da Informação onde é prestada assistência e manutenção dos equipamentos de informática de toda a estrutura organizacional da diocese, bem como a alimentação e manutenção da web site e sistema da diocese; Departamento Financeiro no qual administra as contas a pagar e a receber; Departamento Contábil onde são feitos os lançamentos contábeis para atender as exigências da legislação, a impressão dos diários gerais bem como, as Declarações para a Receita Federal do Brasil.

Os clientes da administração central são os padres e paróquias que pelo trabalho prestado contribuem com mensalidades, taxas, reembolso de despesas, valores esses provenientes das doações feitas pelos fiéis.

Desta forma apresentamos a Mitra da Diocese de Montenegro, onde foram destacadas as principais características da instituição, sua estrutura, suas especificidades, seu trabalho e o seu mercado de atuação.

4.4 ESTUDO DE CASO

Em relação com a fundamentação teórica abordada no referencial teórico podemos agora apresentar o estudo de caso da Mitra da Diocese de Montenegro, onde analisaremos quais os registros contábeis são utilizados pelos gestores para a tomada de decisão e com isso demonstrar a importância da contabilidade para a gestão eficaz e satisfatória da organização religiosa.

No Brasil, atualmente existem aproximadamente 250 (duzentas e cinquenta) mil organizações enquadradas dentro do Terceiro Setor, quase dez por cento da população, ou seja, mais de 1,5 (um vírgula cinco) milhões de pessoas trabalham como voluntários nestas organizações religiosas. Segundo Witt (2012), em se tratando do terceiro setor, aumenta a necessidade de criação e controle rigorosos dos fundos patrimoniais e financeiros para verdadeira transparência na administração e prestação de contas aos associados, a terceiros e usuários em geral.

Podemos perceber que a contabilidade tem um importante papel nestas entidades sem fins lucrativos que dependem da colaboração ou doação de leigos para desenvolver e dar sequência as suas atividades.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBCT), as entidades de terceiro setor devem observar os Princípios de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas interpretações e comunicados técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Diante dos aspectos mencionados, é evidente que a informação contábil tem uma grande importância para o gerenciamento das entidades de Terceiro Setor, em especial de uma Organização Religiosa, como a Mitra da Diocese de Montenegro.

Diante das informações recebidas de toda a organização da Diocese, o Ecônomo Diocesano tem a possibilidade de fazer análises e projeções, a fim de maximizar os resultados, garantindo a confiabilidade e a credibilidade que lhe foram depositadas, permitindo a captação de novos recursos.

Nesse contexto, as demonstrações contábeis têm um importante papel na tomada de decisões, onde deveriam servir de guia e permitindo a avaliação dos efeitos de determinadas decisões, apontando os pontos críticos a fim de priorizar estratégias que priorizem os resultados.

Para obter as referências, é necessário que se faça as análises de balanços e demonstrações anuais. Conforme apresentado pelo ecônomo da Mitra da Diocese de Montenegro, para tomarem decisões sobre diversos assuntos econômicos e financeiros é analisado a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício (receitas e despesas, mas principalmente as entradas de recursos), também são vistos e estudados os dados apresentados no balanço, sendo que não é realizado as análises vertical e horizontal do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Superávit e Déficit do Exercício.

As empresas privadas tem como base o planejamento para fazer investimentos, se diferenciando das instituições religiosas que toma a decisão de investir em melhoria e neste momento, é buscado o recurso ou promoção que gere dinheiro para auxiliar no investimento, ou seja, as instituições (comunidades e paróquias) tem meios ou buscam os meios para fazer o recurso.

Neste sentido, a solução da questão problema do trabalho é quais registros contábeis são mais utilizados pelos gestores das paróquias da Diocese de Montenegro – RS no processo de tomada de decisão? Com isso, podemos

responder que é a partir dos dados apresentados nas receitas e despesas demonstradas na Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício que os gestores da Mitra da Diocese de Montenegro tomam as suas decisões financeiras e econômicas, sendo que principalmente é analisado as receitas (entradas que são doadas pelos fiéis), e no momento que é planejado de fazer um investimento, cada instituição busca uma forma de captar recursos conforme a realidade da organização.

Para melhor entendimento dos dados, é necessário compreendermos o processo da contabilidade até ter desenvolvido o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício para poder usar na tomada de decisão.

4.4.1 Processo da Contabilidade nas Paróquias

Cada paróquia (matriz e comunidades), seminários e a Cúria lançam no livro caixa diário manualmente as movimentações que ocorrem nelas e no final de cada mês, as comunidades vem prestar contas para a matriz, onde então os gestores (as secretárias ou pessoas voluntários do serviço contábil) irão receber a prestação de contas referente ao mês, fazendo uma cópia dos documentos mensais para ficar com a comunidade e cobrando o valor dos 10% (dez por cento) de cada entrada do que compete a cada comunidade, como também do percentual que fica no Fundo Paroquial das Paróquias para auxiliar nas despesas emergenciais das comunidades. Como também as secretárias das paróquias, fazem o controle certo mensalmente dos valores monetários da comunidade-matriz e das comunidades.

Tendo recebido a prestação de contas da comunidade, os gestores de cada organização lançam no sistema integrado da Paróquia estas operações, como cadastro das entradas (coletas, missas, capelinhas, dízimos e cemitério), e das saídas (notas fiscais, cupom fiscal, danfes, boletos, etc), tendo realizado os lançamentos diários de cada comunidade é gerado o boletim financeiro do mês (este apresenta o saldo anterior, com as movimentações financeiras (entradas e saídas) e a apuração dos respectivos saldos diários e o saldo atual de cada comunidade, como também apresenta o detalhamento dos resultados do caixa e do banco) que vai anexado com as notas originais e os extratos do banco para a Cúria Diocesana, onde então é realizado os processos contábeis, como por exemplo a apuração dos

impostos devidos ao município ou estado e as demonstrações, conforme pode ser analisados nas Figuras 7 e 8, os modelos de um livro caixa e do boletim financeiro.

Figura 7 – Modelo do Livro Caixa de uma Comunidade

MOVIMENTO DO CAIXA		DATA	Nº
RESA		Setembro	
Comunidade de Menino Bacicho			
LOG Nº	HISTÓRICO	ENTRADAS	SAÍDAS
01 01	Coléitos	R\$ 110,00	
02 01	Intenções de missa	R\$ 30,00	
03 01	Rúgimes	R\$ 200,00	
04 02	Depósito no banco		R\$ 900,00
05 04	Reforma na igreja		R\$ 540,00
06 11	Resgate no banco	R\$ 540,00	
07 07	Coléitos	R\$ 40,00	
08 07	Intenções de missa	R\$ 10,00	
09 09	Pagamento da luz		R\$ 52,39
10 17	Compra de mat. construção		R\$ 136,80
11 22	Coléitos	R\$ 80,50	
12 22	Intenções de missa	R\$ 45,00	
13 22	Rúgimes	R\$ 300,00	
14 25	10% dos coléitos		R\$ 23,05
15 25	10% dos missas		R\$ 8,50
16 25	50% do dízimo		R\$ 250,00
17 25	Reembolso folhas missa		R\$ 220,00
DETALHES DO SALDO		A TRANSPORTAR TOTAIS DO DIA	R\$ 1355,50
DINHEIRO		SALDO ANTERIOR	R\$ 929,18
CHEQUES		SALDO ATUAL	R\$ 153,94
		PARA CONFERÊNCIA	R\$ 2284,68

Fonte: Livro Caixa de uma Comunidade da Paróquia Santo Inácio do Alto Feliz.

Figura 8 – Modelo do Boletim Financeiro gerado pelo Sistema

(continua)

Boletim Financeiro Agrupado no Período de 01/09/2019 a 30/09/2019					
Agrupar Lançamentos de Acumulativo no Caixa					
Centro de Custo: 13 - COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO - MORRO GAUCHO					
Conta: 1 - Caixa					
Saldo Anterior:					929,18
<i>Data</i>	<i>Código</i>	<i>Doc.</i>	<i>Descrição</i>	<i>Entradas</i>	<i>Saídas</i>
01/09/2019	818		Recebimento Coleta Comuns	110,00	
01/09/2019	824		Recebimento Intenções de Missas	30,00	
01/09/2019	819		Recebimento Dízimo	200,00	
Subtotal:				340,00	0,00
<i>Saldo do dia:</i>					1.269,18
02/09/2019	13		Depósito nesta Data NRO ENVELOPE 3238527690		900,00
Subtotal:				0,00	900,00
<i>Saldo do dia:</i>					369,18
07/09/2019	818		Recebimento Coleta Comuns	40,00	
07/09/2019	824		Recebimento Intenções de Missas	10,00	
Subtotal:				50,00	0,00
<i>Saldo do dia:</i>					419,18
09/09/2019	1305	045018971	Pagamento de Energia Elétrica NF 045018971 REF:08/2019 FORNECEDOR: RIO GRANDE ENERGIA S.A		52,39
Subtotal:				0,00	52,39
<i>Saldo do dia:</i>					366,79
17/09/2019	1315	04804	Pagamento de Manutenção Predial DANF 04804 BERGMANN MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA		136,80
Subtotal:				0,00	136,80
<i>Saldo do dia:</i>					229,99
22/09/2019	818		Recebimento Coleta Comuns	80,50	
22/09/2019	824		Recebimento Intenções de Missas	45,00	
22/09/2019	819		Recebimento Dízimo	300,00	
Subtotal:				425,50	0,00
<i>Saldo do dia:</i>					655,49
25/09/2019	1621		Repasse entre centros de custo 10% DAS COLETAS REF. 09/2019 - COM. MORRO GAUCHO		23,05
25/09/2019	1621		Repasse entre centros de custo 10% DAS MISSAS REF. 09/2019 - COM. MORRO GAUCHO		8,50
25/09/2019	1621		Repasse entre centros de custo 50% DO DÍZIMO REF. 09/2019 - COM. MORRO GAUCHO		250,00
25/09/2019	1621		Repasse entre centros de custo REEMBOLSO DE FOLHETOS DE MISSA		220,00
Subtotal:				0,00	501,55
Emissão em 08/10/2019					
Página 1 de 2					

(conclusão)

Boletim Financeiro Agrupado no Período de 01/09/2019 a 30/09/2019							
<i>Saldo do dia:</i>					153,94		
Conta: 13 - 101/35670-0 - SICREDI PIONEIRA RS C/C - 35670-0 - MORRO GAÚCHO							
Saldo Anterior:					788,63		
<i>Data</i>	<i>Código</i>	<i>Doc.</i>	<i>Descrição</i>	<i>Entradas</i>	<i>Saídas</i>		
02/09/2019	1		Depósito nesta Data NRO ENVELOPE 3238527690	900,00			
				Subtotal:	900,00		
<i>Saldo do dia:</i>					1.688,63		
11/09/2019	1315	054	Pagamento de Manutenção Predial DANF 054 MARCELINO OST - ME		540,00		
				Subtotal:	0,00		
<i>Saldo do dia:</i>					1.148,63		
Detalhamento de Resultados							
				Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual
1 - Caixa				929,18	815,50	1.590,74	153,94
13 - 101/35670-0 - SICREDI PIONEIRA RS C/C - 35670-0 - MORRO GAÚCHO				788,63	900,00	540,00	1.148,63
14 - 101/35670-0 - SICREDI PIONEIRA RS C/AP - 35670-0 - MORRO GAÚCHO				51.234,80	0,00	0,00	51.234,80
Resumo: 13 - COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO - MORRO GAUCHO							
	Saldo Anterior		Entradas		Saídas		Saldo Atual
	52.952,61		815,50		1.230,74		52.537,37
COMPOSIÇÃO DO SALDO DE CAIXA							
Vales: R\$ 0,00				Dinheiro: R\$ 153,94			
Resumo Geral							
	Saldo Anterior		Entradas		Saídas		Saldo Atual
	52.952,61		815,50		1.230,74		52.537,37
PE. JOÃO PAULO SCHÄFER PÁROCO				GELÁSIO ZIMMER TESOUREIRO			
Emissão em 08/10/2019							
Página 2 de 2							

Fonte: Sistema de Gestão Canônica Pastoral da Paróquia Santo Inácio - Alto Feliz

4.4.2 Sistema de Informação das Instituições Religiosas

Nas instituições religiosas que pertencem a Mitra da Diocese de Montenegro, existem um sistema de informação integrado e salvo na Área de

Trabalho chamado de Sistema de Gestão Canônica Pastoral (SGCP), sendo que um dos programas é Pastoral (SGCP – Paróquia 7.0) onde abrange as atividades rotineiras de cada paróquia (agenda, cursos, sacramentos, cadastro de fiéis, relatórios de cobrança, modelo de textos para envelopes, entre outros), e um programa é Contábil (SGCP – Contábil 7.0), onde neste, cada paróquia faz a sua movimentação financeira. Mas também pode ser acessado via *site* do sistema eclesial que abrange as mesmas funcionalidades do sistema integrado no computador, como ambos só é possível ter o acesso ao sistema, se tiver conexão com a internet por ser uma plataforma online.

Para a abrir o sistema, cada gestor (neste caso pode ser as secretárias, párocos, bispos, funcionários do seminário e da cúria) tem um usuário e senha para fazer o *login*. Ao entrar na área do sistema aparece todos os serviços que podem ser desenvolvidos, mas para acessar os programas da contabilidade, é preciso se logar no Sistema Contábil que abrange o financeiro, contabilidade, patrimônio e impostos, sendo que somente os seminários, cúria e as paróquias tem o acesso na área financeira, pois os demais competem o acesso ao escritório de contabilidade interno da Mitra da Diocese de Montenegro, mas no sistema financeiro ainda tem uns acessos que estão bloqueados e que aparecem em cor cinza, isso significa que as instituições religiosas não são permitidos de acessar pelo fato das pessoas que realizam as movimentações financeiras não terem o devido conhecimento contábil de saber administrá-los de forma correta, conforme pode ser visualizado a funcionalidade do sistema na Figura 9.

Figura 9 – Funcionalidade do Sistema de Gestão Canônica Pastoral

SGCP – Sistema de Gestão Canônico Pastoral 7.2.29.6								
System	Financeiro	Contabilidade	Patrimônio		Impostos			
Cadastros Financeiros	A Receber	Movimentação do caixa	Movimentação Bancária	Evento Pendente	Recibos	Relatórios Gerenciais		
	A Pagar							
Relatórios Cadastrais	Adiantamentos	Repasses de caixa	Repasses Bancários					
	Recebimentos						Vales	Cheques
	Pagamentos							
Configurações	Cobranças	Saldos de Caixa	Saldos Bancários					
	Relatórios							
	Solicitação de Despesas							
Cadastros	Contas	Caixa	Bancos	Cartão	Recibos	Relatórios		

Fonte: Sistema integrado da Paróquia Santo Inácio – Alto Feliz

Na área do financeiro, as paróquias, seminários e a cúria diocesana podem realizar os cadastros financeiros, gerar relatórios cadastrais, pode cadastrar as contas a receber, a pagar, os adiantamentos, as cobranças via boletos, como também emitir relatórios das contas, realizar a movimentação do caixa e a movimentação do banco, realizar os repasses entre os centros de custos, emitir recibos de pagamentos, recebimentos e recibos de pagamento a autônomos (RPA). Por fim, também pode ser emitido os relatórios gerenciais, como o demonstrativo anual, o resumo financeiro, a prestação de contas e o boletim financeiro.

Conforme foi apresentado nas figuras 7 e 8, os valores do livro caixa devem fechar também com os mesmos resultados do Sistema integrado da Paróquia, pois isso é um processo estratégico que auxiliará na gestão financeira. O fechamento do caixa nas comunidades das instituições religiosas é feito mensalmente, mas que a comunidade matriz realiza diariamente, desta forma, tem-se como objetivo a conferência da movimentação financeira, ou seja, conferir se todos os registros de entradas e saídas de valores são compatíveis com o saldo obtido ao final do dia (matriz) ou mês (comunidades), gerando assim um controle preciso das informações.

No dia primeiro do mês seguinte, os gestores das paróquias precisam realizar o fechamento dos caixas (comunidade-matriz e comunidades) onde arquivam as notas fiscais originais de cada mês juntamente com o relatório do boletim financeiro e os extratos bancários, em uma pasta que será entregue para o setor contábil do Escritório Interno da Mitra da Diocese de Montenegro, em muitas paróquia, no dia primeiro só é necessário realizar o fechamento da comunidade-matriz, pois conforme as outras comunidades vão entregando já é feito no mesmo dia o fechamento do caixa. No dia que foi realizado o fechamento de todos os caixa, é informado ao setor financeiro e contábil para que eles apurem o valor que a instituição tem que pagar para a cúria diocesana referente a Folha de contribuições (rateio das despesas da Mitra da Diocese de Montenegro de acordo com a estrutura financeira de cada instituição) e os percentuais de cada entrada, conforme pode ser demonstrado na Figura 10.

Quando tem-se o valor informado que a paróquia ou seminário deve pagar, é realizado um depósito bancário na conta da Mitra da Diocese de Montenegro ou é pedido um boleto com o prazo de dez dias para realizar o pagamento.

Figura 10 – Modelo da Folha de Contribuições do mês de Setembro/2019

DIOCESE DE MONTENEGRO
MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO
CNPJ: 10.378.745/0001-42
E-mail: diocesemontenegro@diocesemontenegro.org.br
Home-page: www.diocesemontenegro.org.br
Fone: (51)3632-3320


Recibo: PARÓQUIA SANTO INÁCIO (CENTRO - ALTO FELIZ)

Detalhe dos Recebimentos

Vencimento	Descrição	Valor Pago (R\$)
------------	-----------	------------------

Recebi nesta data de PARÓQUIA SANTO INÁCIO (CENTRO - ALTO FELIZ) a importância de R\$ 6.472,88

MONTENEGRO/RS, 01 de outubro de 2019.



Camilla Dorensback
Financeiro

Recibo: PARÓQUIA SANTO INÁCIO (CENTRO - ALTO FELIZ)

Detalhe dos Recebimentos

Vencimento	Descrição	Valor Pago (R\$)
10/10/2019	Recebimento Repasse 10% Batizados - SETEMBRO/2019	R\$ 12,80
10/10/2019	Recebimento Repasse 10% Capelinhas - SETEMBRO/2019	R\$ 14,10
10/10/2019	Recebimento Repasse 10% Coletas - SETEMBRO/2019	R\$ 177,96
10/10/2019	Recebimento Repasse 10% Dízimo - SETEMBRO/2019	R\$ 719,00
10/10/2019	Recebimento Repasse 10% Espórtulas de Missas - SETEMBRO/2019	R\$ 37,69
10/10/2019	Recebimento Repasse 10% Promoções e Quermesses - SETEMBRO/2019	R\$ 1.156,04
10/10/2019	Recebimento Repasse 10% Taxa de Ocupação - SETEMBRO/2019	R\$ 15,00
10/10/2019	Recebimento Repasse FGTS - SETEMBRO/2019	R\$ 161,22
10/10/2019	Recebimento Repasse Fraternal Auxílio - SETEMBRO/2019	R\$ 399,20
10/10/2019	Recebimento Repasse INSS - SETEMBRO/2019	R\$ 721,45
10/10/2019	Recebimento Repasse INSS s/ Terceiros - SETEMBRO/2019	R\$ 156,00
10/10/2019	Recebimento Repasse IR - SETEMBRO/2019	R\$ 12,24
10/10/2019	Recebimento Repasse IR - SETEMBRO/2019	R\$ 11,39
10/10/2019	Recebimento Repasse Exames PCMSO Unimed - SETEMBRO/2019	R\$ 16,13
10/10/2019	Recebimento Repasse PIS - SETEMBRO/2019	R\$ 20,15
10/10/2019	Recebimento Repasse Plano Odontológico - SETEMBRO/2019	R\$ 13,70
10/10/2019	Recebimento Repasse Rateio Contabilidade - SETEMBRO/2019	R\$ 515,00
10/10/2019	Recebimento Repasse Rateio Informática - SETEMBRO/2019	R\$ 57,60
10/10/2019	Recebimento Repasse Rateio Jurídico - SETEMBRO/2019	R\$ 248,70
10/10/2019	Recebimento Repasse Unimed Fraternal Auxílio - SETEMBRO/2019	R\$ 835,00
10/10/2019	Recebimento Repasse Seguro de Vida - SETEMBRO/2019	R\$ 7,80
10/10/2019	Recebimento Repasse Seguros - SETEMBRO/2019	R\$ 974,86
10/10/2019	Recebimento Repasse Sistema de Gestão - SETEMBRO/2019	R\$ 154,50
10/10/2019	Recebimento Repasse Telefonia - SETEMBRO/2019	R\$ 11,97
10/10/2019	Recebimento Repasse Telefonia - SETEMBRO/2019	R\$ 23,38

Fonte: Dados fornecidos do Sistema Financeiro do Setor da Contabilidade da Mitra

4.4.3 Processo Contábil na Cúria Diocesana

O escritório de contabilidade tendo o arquivo (pasta de cada instituição religiosa com os documentos financeiros), realiza a conferência dos caixas com as notas e também a conciliação bancária, e havendo divergências ou mal compreensão dos lançamentos eles entram em contato com as paróquia para saber e compreender o que é para ser o lançamento.

Como cada Paróquia é livre para desenvolver a funcionalidade de sua organização, o setor contábil não tem como prever um controle exato dos valores que estão informados na contabilidade, mas pela apresentação dos dados da movimentação do caixa e bancária de cada instituição, eles confirmam o que está nestes dados apresentados, ou seja, o valor monetário informado na movimentação de caixa.

O valor informado do caixa pode ser que nem seja o valor real que a paróquia tenha no momento, como isso pode ser comprovado no balanço patrimonial do ano de 2018, pelo fato de ter ocorrido um ajuste de saldos de caixa. Isso ocorreu porque foi solicitado para que cada instituição religiosa da Mitra da Diocese de Montenegro, informasse até o último dia do mês de dezembro de 2018, o valor exato em espécie que teria no caixa, para que pudesse ajustar o valor e ter um controle contábil com o real, ou seja, para que não houvesse irrealidades contábeis do sistema com o físico.

Conforme apresentado pelo contador da Diocese, alguns bens móveis das instituições não tem o seu valor contábil, pelo fato de ter ocorrido antes dos anos setenta (70), e terem sido construídos com doações, e como não há obrigatoriedade de registro, estes bens estão avaliados pelo valor nulo, ou seja, igual a zero.


Estando de acordo com as exigências os caixas das Paróquias, Seminários e a Cúria (sendo que está não tem receita e é mantida com os dez por cento repassados das paróquias e seminários), eles apuram os relatórios mensais, geram as guias de retenção de impostos conforme as notas fiscais e realizam o pagamento das mesmas e, com isso feito é mandado para o escritório de auditoria, onde estes realizam os demonstrativos contábeis da Mitra da Diocese de Montenegro.

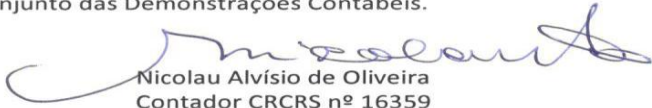
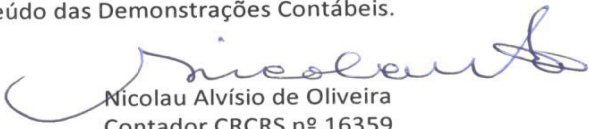
Desde o ano de dois mil e dezoito (2018), o próprio sistema consegue fornecer para cada comunidade os balanços e as demonstrações que são revisadas, assinadas e auditadas pelo próprio contador da Mitra da Diocese de Montenegro, ou

seja, o sistema de informação é todo integrado que consegue fornecer um balanço com todas as receitas, despesas, investimentos e poupança de cada paróquia e ainda consegue separar as suas comunidades. Diante disso, apresentaremos as demonstrações contábeis do ano de dois mil e dezoito da Mitra da Diocese de Montenegro na Figura 11.

Figura 11- Demonstrações Contábeis da Mitra da Diocese de Montenegro

(continua)

MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO		
CNPJ Nº 10.378.745/0001-42		
MONTENEGRO – RS		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO		
ATIVO		
	2018	2017
CIRCULANTE	20.197.692,92	19.814.332,71
DISPONÍVEL	19.702.857,93	19.510.102,62
CAIXA E BANCOS C/MOVIMENTO	2.022.846,88	2.183.169,53
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA	16.565.525,96	16.036.089,32
CADERNETAS DE POUPANÇA	1.114.485,09	1.290.843,77
DIREITOS REALIZÁVEIS	494.834,99	304.230,09
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	424.792,14	227.068,86
IMPOSTOS A RECUPERAR	62.730,38	64.653,04
ADIANTAMENTOS FUNCIONÁRIOS	7.312,47	12.508,19
NÃO CIRCULANTE	32.470.137,93	29.533.018,38
INVESTIMENTOS	97.540,79	90.759,51
IMOBILIZADO	32.372.597,14	29.442.259,37
IMÓVEIS	7.474.848,49	7.124.104,45
OBRAS EM ANDAMENTO	15.602.989,75	13.696.445,69
INSTALAÇÕES E BENFEITORIAS	720.378,33	712.841,33
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	2.832.898,67	2.762.102,73
VEÍCULOS	2.236.650,34	2.073.364,25
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.396.987,51	1.107.172,31
MÓVEIS UTENS EQUIPTOS SACROS	709.477,82	665.893,52
MÓVEIS EQUIPTOS ESCOLARES/MUSICAIS	678.427,47	650.827,59
EQUIPAMENTOS INFORMÁTICA	680.631,43	610.200,17
MÁQUINAS EQUIPTOS AGRÍCOLAS	39.307,33	39.307,33
TOTAL DO ATIVO	52.667.830,85	49.347.351,59
As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.		
Dom Carlos Romulo Gonçalves e Silva Bispo Diocesano CPF nº 539.878.290-87	 Nicolau Alvisio de Oliveira Contador CRCRS nº 16359 CPF nº 005.837.150-87	

MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO CNPJ Nº 10.378.745/0001-42		
MONTENEGRO – RS		
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO		
PASSIVO		
	2018	2017
CIRCULANTE	652.033,18	753.298,19
FORNECEDORES	104.230,97	30.765,92
CREDORES POR AQUISIÇÃO IMÓVEIS	72.629,35	205.233,48
CONTAS CORRENTES PASTORAIS	216.881,56	212.404,93
OBRIGAÇÕES TRABALH/PREVIDENCIÁRIAS	138.036,01	216.604,16
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	16.531,28	13.253,26
CONSIGNAÇÕES A REPASSAR	34.029,36	38.898,48
EMPRÉSTIMOS	69.694,65	36.137,96
NÃO CIRCULANTE	=	226.765,90
CREDORES POR AQUISIÇÃO IMÓVEIS	-	68.929,09
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	-	157.836,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.015.797,67	48.367.287,50
PATRIMÔNIO SOCIAL	48.367.287,50	41.464.055,89
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	4.167.229,12	6.903.231,61
AJUSTES REGULARIZAÇÃO SALDOS	(-) 518.718,95	=
TOTAL: PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.667.830,85	49.347.351,59
As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.		
Dom Carlos Romulo Gonçalves e Silva Bispo Diocesano CPF nº 539.878.290-87		Nicolau Alvisio de Oliveira Contador CRCRS nº 16359 CPF nº 005.837.150-87
MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO CNPJ Nº 10.378.745/0001-42 MONTENEGRO – RS		
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
EM 31 DE DEZEMBRO		
	2018	2017
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	48.367.287,50	41.464.055,89
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	4.167.229,12	6.903.231,61
AJUSTES REGULARIZAÇÃO SALDOS	(-) 518.718,95	=
SALDO DO FINAL DO EXERCÍCIO	52.015.797,67	48.367.287,50
As Notas Explicativas integram o conteúdo das Demonstrações Contábeis.		
Dom Carlos Romulo Gonçalves e Silva Bispo Diocesano CPF nº 539.878.290-87		Nicolau Alvisio de Oliveira Contador CRCRS nº 16359 CPF nº 005.837.150-87

(continuação)

MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO		
CNPJ Nº 10.378.745/0001-42		
MONTENEGRO – RS		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
	2018	2017
RECEITAS	18.182.361,89	20.238.900,84
RECEITAS OPERACIONAIS	17.247.986,51	18.663.849,80
RECEITAS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	9.345.042,23	9.215.343,88
RECEITAS CAMPANHAS/PROMOÇÕES	5.944.483,70	5.690.640,02
RECEITAS AUXÍLIOS DO PAÍS	560.442,73	302.018,38
RECEITAS DONATIVOS EXTERIOR	=	140.995,90
RECEITAS DE LOCAÇÕES	1.243.429,98	1.225.762,44
RECEITAS AGROPASTORIS	=	1.400,00
OUTRAS RECEITAS	29.837,87	81.467,02
ALIENAÇÃO/BAIXA IMOBILIZADO	124.750,00	2.006.222,16
RECEITAS FINANCEIRAS	934.375,38	1.575.051,04
DESPESAS		
DESPESAS OPERACIONAIS	(14.015.132,77)	(13.335.669,23)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS/GERAIS	(13.964.428,89)	(13.278.700,50)
DESPESAS PASTORAIS	2.079.724,22	2.164.354,11
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA	447.210,18	400.723,53
DESPESAS COM FORMAÇÃO	254.177,08	290.917,02
DESPESAS COM PESSOAL/ENCARGOS	2.677.123,26	2.710.067,21
DESPESAS COM IMPOSTOS E TAXAS	59.072,26	41.729,11
DESPESAS SERV. TERCEIROS/PÚBLICOS	1.360.186,88	1.194.756,22
DESPESAS PATRIMONIAIS	4.885.857,00	4.576.704,24
DESPESAS GERAIS	805.966,98	759.240,22
DESPESAS COM MANUTENÇÃO	424.869,98	443.818,09
DESPESAS CASAS DE FORMAÇÃO	970.241,05	696.390,75
DESPESAS FINANCEIRAS	(50.703,88)	(56.968,73)
SUPERÁVIT OPERACIONAL	4.167.229,12	6.903.231,61
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	4.167.229,12	6.903.231,61
As Notas Explicativas integram do conjunto das Demonstrações Contábeis.		
Dom Carlos Romulo Gonçalves e Silva Bispo Diocesano CPF nº 539.878.290-87	 Nicolau Alvisio de Oliveira Contador CRCRS nº 16359 CPF nº 005.837.150-87	

(continuação)

MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO		
CNPJ Nº 10.378.745/0001-42		
MONTENEGRO – RS		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
EM 31 DE DEZEMBRO		
	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.167.229,12	6.903.231,61
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS		
(AUMENTO)/REDUÇÃO EM CONTAS A RECEBER	140.604,90	206.616,75
(AUMENTO)/REDUÇÃO EM FORNECEDORES	73.465,05	(34.000,37)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM OBRIG.TRAB.SOCIAIS	(233.126,94)	(238.769,03)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CONSIGNAÇÕES	(4.869,12)	4.881,09
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CREDORES IMÓVEIS	(201.533,22)	(182.246,43)
(AUMENTO)/REDUÇÃO EM CONTAS A PAGAR	38.033,32	(39.919,12)
AUMENTO/(REDUÇÃO) AJUSTES PATR. SOCIAL	(518.718,95)	=
CAIXA LÍQUIDO GERADO/APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.179.874,36	6.619.794,50
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
AQUISIÇÕES DE IMOBILIZADO	(3.229.540,49)	(2.898.046,73)
ALIENAÇÕES/BAIXAS DE IMOBILIZADO	249.202,72	221.603,13
AUMENTO DE INVESTIMENTOS	(6.781,28)	(2.198,64)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.987.119,05)	(2.678.642,24)
AUMENTO DE CAIXA OU EQUIVALENTES	192.755,31	3.941.152,26
DISPONIBILIDADES		
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	19.510.102,62	15.568.950,36
NO FINAL DO EXERCÍCIO	19.702.857,93	19.510.102,62
As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis.		
Dom Carlos Romulo Gonçalves e Silva Bispo Diocesano CPF nº 539.878.290-87	 Nicolau Alvisio de Oliveira Contador CRCRS nº 16359 CPF nº 005.837.150-87	

MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO

CNPJ Nº 10.378.745/0001-42

MONTENEGRO – RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

I – CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 1 - A MITRA DA DIOCESE DE MONTENEGRO é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, instituição eclesialística sem fins lucrativos, oficializada em 06 de setembro de 2008, de caráter beneficente e assistencial, na área da religião cristã católica, voltada para a formação integral do ser humano, incluindo a formação espiritual, a cultura, sua dignidade e valorização, sem distinção de classe, cor, credo ou origem. A Entidade atua em 30(trinta) paróquias, com suas 371(trezentos e setenta e uma) comunidades, 3(três) seminários de formação, em 32 (trinta e dois) municípios, com uma população de 395.715 habitantes. Todo este Patrimônio, em obras materiais e culturais e os acervos religiosos foram-lhe transferidos pela MITRA DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE, em 01 de janeiro de 2009, data em que efetivamente iniciou suas atividades.

A Instituição foi constituída a partir da necessidade de distribuir melhor o atendimento espiritual aos fiéis da religião cristã católica, e seu marco inicial já havia sido dado nos anos de 2006/2007, em pronunciamento da Santa Sé Apostólica, no Vaticano. Em 02 de julho de 2008, através da Bula Papal "Pastoralis Nostra Navitate" (Pela Nossa Atividade Pastoral), foi criada a Diocese, e pela Bula "Christum Adorantes" (Adorando Cristo) foi nomeado o primeiro Bispo Diocesano, Dom Paulo Antonio De Conto.

A partir de 18 de outubro de 2017 assumiu o novo Bispo Diocesano, Dom Carlos Romulo Gonçalves e Silva.

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 2 – As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas observando a Legislação Societária e complementar, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

III – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

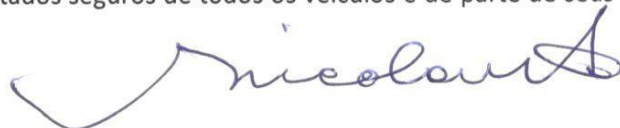
NOTA 3 – Em observância à legislação societária e às Normas Brasileiras de Contabilidade, os resultados e as mutações patrimoniais foram apurados e registrados segundo os princípios da competência e da oportunidade.

NOTA 4 – Os Direitos e Obrigações da Entidade estão em conformidade com seus valores de realização e exigibilidade.

NOTA 5 – As Aplicações Financeiras estão demonstradas pelo valor do depósito, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.

NOTA 6 – O Imobilizado apresenta-se pelo valor original de aquisição ou custo de construção, visto que não foram efetuadas Correções Monetárias de Balanço em exercícios anteriores, bem como não foram realizados lançamentos de Depreciação até o presente Balanço.

NOTA 7 – A Entidade tem contratados seguros de todos os veículos e de parte de seus prédios.



NOTA 8 – Os Ativos da Entidade estão registrados contabilmente por valor não superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

NOTA 9 – No corrente ano foram realizados ‘ajustes na conta Caixa’ das comunidades, comparando o saldo escritural com o real, determinando uma baixa no Patrimônio Social, no valor de R\$ 518.718,95.

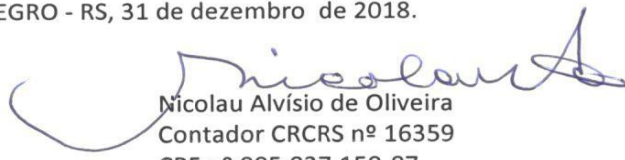
NOTA 10 – As Receitas/ingressos e as Despesas/dispêndios da Entidade são apropriadas pelo regime de competência e registradas através de comprovantes hábeis e suficientes, dentre eles, Notas fiscais, boletos e avisos bancários, recibos, guias, documentos públicos e particulares, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

NOTA 11 – Os recursos e os superávits da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em atendimento aos objetivos mencionados na ‘Ata de Instalação’ e no documento ‘Consolidação com re-ratificação de Certidão da Mitra da Diocese de Montenegro’, todos devidamente registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas do município de Montenegro – RS, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 12 – A Entidade não remunera os membros da Administração, não distribui qualquer parcela de seu resultado e rendas, a qualquer título ou pretexto.

MONTENEGRO - RS, 31 de dezembro de 2018.

Dom Carlos Romulo Gonçalves e Silva
Bispo Diocesano
CPF nº 539.878.290-87


Nicolau Alvisio de Oliveira
Contador CRCRS nº 16359
CPF nº 005.837.150-87

Fonte: Dados fornecidos pelo contador da Diocese de Montenegro

O processo de tomada de decisão difere-se das empresas privadas que são tomadas em conjunto com os diretores já as igrejas são consideradas monocrata, ou seja, tem um que manda e tem a decisão final de qualquer tomada de decisão, na Mitra da Diocese de Montenegro a ordem final é do bispo. Para cada comunidade existem as coordenações que auxiliam na administração mas que a palavra final de qualquer investimento deve ser a do padre.

4.4.4 Previsão Orçamentária

No final de cada trimestre, o setor contábil entrega aos padres das Paróquias, o relatório trimestral das receitas e despesas da Cúria Diocesana, onde também é apresentado o valor que é repassado de auxílio dos seminários, para eles estarem informado das movimentações que ocorrem na Diocese de Montenegro, como também é informado o valor total de cada detalhamento dos dez por cento recebido das paróquias.

No final do mês de novembro, cada instituição religiosa tem o prazo para entregar à Cúria Diocesana a previsão orçamentária prevista para o ano subsequente. É obrigatória a sua entrega para a Diocese, para estes poderem ter

uma noção dos investimentos previstos a serem realizadas para o próximo ano. Conforme informado pelo contador da Mitra da Diocese de Montenegro, não é gerado a previsão orçamentária geral que engloba toda a matriz com as filiais, é somente arquivado as das suas filiais, pois cada organização tem uma realidade financeira e econômica e que por si só, elas tomam decisões conforme as suas receitas e também a suas realidades econômicas, sendo que elas tem um controle público direto, mas que têm independência para determinar o futuro.

A previsão orçamentária é solicitada para que todas as instituições realizem, mas não é feita em todas as unidades. A previsão tem a proposta de forçar que as comunidades tem um objetivo a alcançar ao longo do ano.

A previsão orçamentária é unificada sendo que cada comunidade tem autonomia sobre os seus valores monetários e com isso, tem a autonomia de fazer projetos, investimentos e gastos. Conforme o contador, cada filial (paróquia) tem uma realidade e forma de se desenvolver seja econômica ou financeira, e por tanto pode ser que ao longo do ano surge um novo objetivo a ser seguido e acaba mudando toda a previsão orçamentária, sendo necessário refaze-la para deixar de acordo com o investimento. A previsão orçamentária da Matriz (Mitra da Diocese de Montenegro) não é feita pelo fato de que cada unidade tenha uma realidade econômica, sendo que ficaria distorcidos com a sua realidade. Portanto cada paróquia avalia conforme os resultados de suas receitas, ou seja, cada paróquia é independente e investe conforme as suas entradas e saldos financeiros.

Como cada paróquia é solicitada a realizar a previsão orçamentária, na Figura 12, podemos analisar um modelo realizado pela Paróquia Santo Inácio para o ano de dois mil e dezanove (2019).

Figura 12 – Previsão Orçamentária 2019

(continua)

Previsão Orçamentária do Mês de Janeiro/2019		
Receitas	Orçado	Realizado
Contribuições Dízimos	4.500,00	10.465,00
Ingressos de Coletas	1.250,00	2.208,40
Ingressos Intenções de Missas	265,00	432,95
Contribuições Batizados	183,00	378,00
Contribuições Casamentos	0,00	0,00
Ingressos Capelinhas	455,00	379,40
Contribuições Certidões	92,00	0,00
Ingressos Manut. Cemitério	1.600,00	3.200,00

(continuação)

Taxas de 1ª Eucaristia	0,00	0,00
Ingressos Festas e Quermesses	1.350,00	5.975,17
Ingressos Outras Campanhas	2.000,00	4.162,50
Contribuição Taxa de Ocupação	0,00	0,00
Donativos Pessoa Física	50,00	0,00
Reembolso de Folhetos e Boletins Sacros	150,00	199,35
Contribuição Social Frater. Auxílio	199,60	199,60
Contribuição Crismas	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	12.094,60	27.600,37
Despesas	Orçado	Realizado
Cursos e Palestras	83,37	0,00
INSS a recolher	735,00	344,40
Contrib. Sindical Recolher	0,00	0,00
Ingressos Festas e Quermesses	0,00	0,00
Materiais de Culto	125,00	0,00
Matl. Ensino Orient. Religiosa	125,00	0,00
Folhetos Dia do Senhor	0,00	0,00
Ordenados	1.740,00	1.752,00
Gratificação Natalina	0,00	0,00
13º Salário	0,00	0,00
Férias Gozadas	0,00	0,00
Abono de Férias	0,00	0,00
Contribuição p/ FGTS	230,00	0,00
Contribuição p/ PIS	36,70	0,00
Côngruas	2.045,90	2.055,88
Energia Elétrica	333,37	1047,64
Conserv/Manutenção Prédios	100,00	19.183,47
Telefone	100,00	48,90
Publicações e Editais	0,00	100,00
Manutenção de Veículos	100,00	1.071,26
Fretes e Carretos	8,37	0,00
Despesas c/Manut. Cemitério	125,00	38,00
Gastos c/Jardinagem	208,37	179,49
Material de Expediente	83,37	74,80
Suprimentos p/Informática	0,00	0,00
Materiais Limpeza e Higiene	108,37	139,98
Despesas Alimentação e Cozinha	166,63	30,33
Combustíveis e Lubrificantes	333,37	250,57
Contribuição Soc. Frat. Auxílio	399,20	0,00
Atestados PCMSO	22,00	0,00
Movéis e Equipamentos	500,00	0,00
Despesas c/Internet	55,00	0,00
Conserv.Manutenção Templos	17.000,00	0,00
Seguro de Vida	7,80	0,00

(conclusão)

Despesas Pastorais	0,00	0,00
Contr. Soc. Frat. Auxilio - UNIMED	650,00	0,00
INSS s/ Terceiros	83,37	0,00
Contr. Soc. Frat. Auxilio - Novodonto	13,70	0,00
Promoção Humana	0,00	107,08
IPVA e Taxas Veículos	0,00	0,00
Honorários Contabilidade	450,00	0,00
Honorários Depto. Jurídico	231,30	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	26.200,19	26.423,80
TOTAL	Orçado	Realizado
Receitas	12.094,60	27.600,37
Despesas	26.200,19	26.423,80
Resultado	-14.105,59	1.176,57

Fonte: Dados fornecidos pela Paróquia Santo Inácio – Alto Feliz

4.5 PROPOSTA DE MELHORIA

Podemos analisar que as comunidades ainda realizam os seus movimentos de caixa de forma manual, onde poderíamos sugerir que fosse implantado nas comunidade o sistema online e que tivessem a liberação do acesso para realizar os lançamentos e a entrega dos documentos da mesma forma que a Paróquia realiza com a Cúria, sendo que somente seria necessário dar o treinamento quando houver a transferência de coordenações.

Para melhor controle econômico, cada comunidade poderia realizar a sua previsão orçamentária no final de cada ano e entregá-la para a Paróquia, pois assim, ela conseguiria ter uma visão do que também as comunidades irão investir ao longo do ano subsequente, porque conforme apresentado na Figura 12, só a Paróquia é quem realiza e que só é utilizado os dados da Comunidade-Matriz e não as demais que a compõem. Tendo realizado a previsão orçamentária de toda a paróquia, no final do ano pode ser feito a comparação do realizado com o orçado, e demonstrar em reunião com as coordenações os resultados e os investimentos e com isso, prever o que pode ser melhorado nos próximos anos, seja as receitas ou o que pode ser investido em melhorias.

O escritório tem a possibilidade de disponibilizar os seus balanços consolidados por unidades, isso poderia ser entregue anualmente para cada paróquia e que, em reunião com as coordenações e o setor contábil poderiam

auxiliar as paróquias quanto a análise dos seus dados contábeis e ver o que precisa ser melhorado. Da necessidade de fazer algum investimento, pensar numa estratégia de captação de recursos para tornar viável o investimento a ser feito.

Podemos sugerir que o setor da contabilidade poderia ao longo do ano realizar auditorias de caixas nas paróquias para ver se está em conformidade o valor monetário com o sistema, fazendo assim uma maior assistência e monitoramento das suas receitas, como também uma forma de auxiliar as secretárias para maior compreensão da importância que a contabilidade tem para a prestação de contas.

Conforme foi apresentado, não é realizado as análises verticais e horizontais, onde ambas são importantes para que as variações expressivas sejam levadas a sério e, que é preciso que as causas sejam investigadas a fim de garantir a boa administração e o bom gerenciamento dos recursos obtidos. Para tanto foi realizado as análises verticais e horizontais do ano de 2017 e 2018, para demonstrar a sua importância para o controle e planejamento das instituições religiosas.

4.5.1 Análise do Balanço Patrimonial

Os Quadros 4 e 5 apresentam o balanço patrimonial da entidade Mitra da Diocese de Montenegro, com as respectivas análises verticais e horizontais.

Quadro 4 – Análise do Ativo

(continua)

ATIVO	2018	AH%	AV%	2017	AV%
ATIVO CIRCULANTE	20.197.692,92	2%	38%	19.814.332,71	40%
DISPONÍVEL	19.702.857,93	1%	37%	19.510.102,62	40%
Caixas e Bancos c/ Movimento	2.022.846,88	826%	4%	218.369,53	0%
Aplicações Liquidez Imediata	16.565.525,96	3%	31%	16.036.089,32	32%
Caderneta de Poupança	1.114.485,09	-14%	2%	1.290.843,77	3%
DIREITOS REALIZÁVEIS	494.834,99	63%	1%	304.230,09	1%
Adiantamentos Diversos	424.792,14	87%	1%	227.068,86	0%
Impostos a Recuperar	62.730,38	-3%	0%	64.653,04	0%
Adiantamentos Funcionários	7.312,47	-42%	0%	12.508,19	0%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	32.470.137,93	10%	62%	29.533.018,38	60%
INVESTIMENTOS	97.540,79	7%	0%	90.759,51	0%
IMOBILIZADO	32.372.597,14	10%	61%	29.442.259,37	60%
Imóveis	7.474.848,49	5%	14%	7.124.104,45	14%
Obras em andamento	15.602.989,75	14%	30%	13.696.445,69	28%
Instalações e Benfeitorias	720.378,33	1%	1%	712.841,33	1%
Móveis e Utensílios	2.832.898,67	3%	5%	2.762.102,73	6%

(conclusão)

Veículos	2.236.650,34	8%	4%	2.073.364,25	4%
Máquinas e Equipamentos	1.396.987,51	26%	3%	1.107.172,31	2%
Móveis Utensílios e Equipamentos Sacros	709.477,82	7%	1%	665.893,52	1%
Móveis Equipamentos Escolares/Musicais	678.427,47	4%	1%	650.827,59	1%
Equipamentos Informática	680.631,43	12%	1%	610.200,17	1%
Máquinas e Equipamentos Agrícolas	39.307,33	0%	0%	39.307,33	0%
TOTAL DO ATIVO	52.667.830,85	7%	100%	49.347.351,59	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados da Mitra da Diocese de Montenegro

Quadro 5 – Análise do Passivo

PASSIVO	2018	AH%	AV%	2017	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	652.033,18	-13%	1%	753.298,19	2%
Fornecedores	104.230,97	239%	0%	30.765,92	0%
Credores por Aquisição Imóveis	72.629,35	-65%	0%	205.233,48	0%
Contas Correntes Pastorais	216.881,56	2%	0%	12.404,93	0%
Obrigações Trabalhistas/previdenciárias	138.036,01	-36%	0%	216.604,16	0%
Obrigações Tributárias	16.531,28	25%	0%	13.253,26	0%
Consignações a Repassar	34.029,36	-13%	0%	38.898,48	0%
Empréstimos	69.694,65	93%	0%	36.137,96	0%
Valores a Restituir			0%		0%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-100%	0%	226.765,90	0%
Credores por Aquisição Imóveis	-	-100%	0%	68.929,09	0%
Obrigações Previdenciárias	-	-100%	0%	157.836,81	0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.015.797,67	8%	99%	48.367.287,50	98%
Patrimônio Social	48.367.287,50	17%	92%	41.464.055,89	84%
Superávit do Exercício	4.167.229,12	-40%	8%	6.903.231,61	14%
Ajustes Regularização Saldos	- 518.718,95		-1%	-	0%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.667.830,85	7%	100%	49.347.351,59	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados da Mitra da Diocese de Montenegro

Através dos percentuais das análises verticais, percebe-se que o ativo circulante, ou seja, os bens e direitos de curto prazo apresentam uma participação de aproximadamente 40% e 38% do Total do Ativo, e que destes valores a que tem maior representatividade dos ativos de curto prazo é as aplicações de liquidez imediata. Os valores mobiliários, ou seja, as aplicações de longo prazo são os que apresentam a maior participação em percentual sobre o Ativo Total, respectivamente 60% e 62%. Com isso, podemos apresentar que a maior concentração de valores se dá no Imobilizado, portanto, os terrenos, edifícios, construções, equipamentos e veículos representam a maior parte dos investimentos da entidade.

Em relação ao Passivo, percebe-se que as dívidas de curto prazo (passivo circulante) tem uma representação bem pequena, respectivamente de 1% e 2%, em relação ao Total do Passivo e que o passivo não circulante não tem participação, sendo zerado. Nota-se que as participações do Patrimônio Social, os capitais próprios teve um valor bem elevado, ou seja, mais de 98% nos dois anos examinados.

Através da análise horizontal, percebe-se que no decorrer dos anos evidenciados houve um crescimento no ativo circulante e no ativo não circulante, em relação ao ano base, principalmente na conta do caixa e de adiantamentos a pessoal. Como também podemos apresentar que o Passivo Circulante houve uma diminuição em quase todos os seus valores nominais, e que os fornecedores foi uma das contas que mais teve maior representação positiva, com 239% e que o Patrimônio social apresentou uma variação nominal maior de um ano para o outro, sendo que o superávit teve uma queda no seu valor, em 40%.

4.5.2 Análise da Demonstração do Superávit e Déficit do Exercício

O Quadro 6 apresenta a Demonstração do Superávit e Déficit do Exercício da Mitra da Diocese de Montenegro, nos anos de 2017 e 2018, com as respectivas análises verticais e horizontais.

Quadro 6 – Análise da Demonstração do Superávit e Déficit

(continua)

DRE	2018	AH%	AV%	2017	AV%
TOTAL DAS RECEITAS	18.182.361,89	-10%	100%	20.238.900,84	100%
RECEITAS OPERACIONAIS	17.247.986,51	-8%	95%	18.663.849,80	92%
Receitas Taxas e Contribuições	934.502,23	-90%	5%	9.215.343,88	46%
Receitas Campanhas/Promoções	5.944.483,70	4%	33%	5.690.640,02	28%
Receitas Auxílios do País	560.442,73	86%	3%	302.018,38	1%
Receitas Donativos Exterior	-	-100%	0%	140.995,90	1%
Receitas de Locações	1.243.429,98	1%	7%	1.225.762,44	6%
Receitas Agropastoris	-	-100%	0%	1.400,00	0%
Receita para o Lar Sacerdotal	-		0%		0%
Outras Receitas	29.837,87	-63%	0%	81.467,02	0%
Alienação/Baixa Imobilizado	124.750,00	-94%	1%	2.006.222,16	10%
RECEITAS FINANCEIRAS	934.375,38	-41%	5%	1.575.051,04	8%
DESPESAS OPERACIONAIS	14.015.132,77	5%	-77%	13.335.669,23	-66%
Despesas Administrativas/Gerais	13.964.428,89	5%	-77%	13.278.700,50	-66%

Despesas Pastorais	2.079.724,22	-4%	-11%	2.164.354,11	-11%
Despesas com Assistência	447.210,18	12%	-2%	400.723,53	-2%
Despesas com Formação	254.177,08	-13%	-1%	290.917,02	-1%
Despesa com Pessoal/Encargos	2.677.123,26	-1%	-15%	2.710.067,21	-13%
Despesas com Impostos e Taxas	59.072,26	42%	0%	41.729,11	0%
Despesas Serviços Terceiros/Públicos	1.360.186,88	14%	-7%	1.194.756,22	-6%
Despesas Patrimoniais	4.885.857,00	7%	-27%	4.576.704,24	-23%
Despesas Gerais	805.966,98	6%	-4%	759.240,22	-4%
Despesas com Manutenção	424.869,98	-4%	-2%	443.818,09	-2%
Despesas casas de Formação	970.241,05	39%	-5%	696.390,75	-3%
DESPESAS FINANCEIRAS	50.703,88	-11%	0%	56.968,73	0%
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	4.167.229,12	-40%	23%	6.903.231,61	34%

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados da Mitra da Diocese de Montenegro

Ao observarmos a Demonstração do Superávit e Déficit da entidade, percebe-se que na análise vertical, são apresentados nos dois anos resultados satisfatórios, respectivamente 23% e 34%. Através destes índices fica evidenciado que é um bom resultado para a entidade quando se fica em torno de 20%. As receitas em ambos os anos, tiveram uma boa representação sobre as despesas, por isso chegou-se a resultados satisfatórios, onde elas representam respectivamente 95% e 92%.

Através da análise horizontal, podemos perceber que no último ano houve uma queda no total das receitas em 10% e que as despesas também tiveram quedas e que por consequência, acabou influenciando a diminuição no valor do superávit do exercício da entidade em 40%, em relação ao ano anterior. Podemos destacar que a arrecadação de taxas e contribuições que são repassadas pelas paróquias e seminários teve maior representação na diminuição do total das receitas.

Diante do exposto fica claro que se houver uma gestão que controle as despesas e que promova as receitas, o resultado será maximizado, e neste contexto, a contabilidade assume um importante papel no controle e planejamento das empresas, uma vez que o maior percentual das receitas está na arrecadação oriunda de campanhas e promoções, ou seja, de doações de fiéis. Desta forma o gestor deve ter acesso a informação que lhe permitam elaborar um planejamento financeiro, maximizando as receitas e minimizando as despesas, mas para isso, o gestor deve estar amparado de dados transparentes e confiáveis a fim de conquistar a confiabilidade e credibilidade para captar recursos e assim atingir a finalidade das

instituições religiosas, que é de evangelizar em busca de valorização e crescimento do ser humano.

4.5.3 Análise das Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas observando a Legislação Societária e complementar, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em observância à legislação societária e às Normas Brasileiras de Contabilidade, os resultados e as mutações patrimoniais foram apurados e registrados segundo os princípios da competência e da oportunidade. Os Direitos e Obrigações estão em conformidade com seus valores de realização e exigibilidade. As Aplicações Financeiras estão demonstradas pelo valor do depósito, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.

O Imobilizado apresenta-se pelo valor original de aquisição ou custo de construção, visto que não foram efetuadas Correções Monetárias de Balanço em exercícios anteriores, bem como não foram realizados lançamentos de Depreciação até o presente Balanço. A Entidade tem contratados seguros de todos os veículos e de parte de seus prédios. Os Ativos estão registrados contabilmente por valor não superior aquele passível de ser recuperado por uso ou venda.

As Receitas e as Despesas são apropriadas pelo regime de competência e registradas através dos comprovantes hábeis e suficientes, dentre eles, Notas fiscais, boletos e avisos bancários, recibos, guias, documentos públicos e particulares, em conformidade com as exigências legais e fiscais. Os recursos e os superávits foram aplicados em suas finalidades institucionais, todos devidamente registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas do município de Montenegro – RS, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. A entidade não remunera os membros da Administração.

5 CONCLUSÃO

Esta monografia enfocou a apresentação da Importância da Informação Contábil no Processo de Tomada de Decisão nas Instituições Religiosas da Diocese de Montenegro – RS. Neste trabalho se destacou os setores que compõe a estrutura da economia brasileira: o primeiro, segundo e terceiro setor. De um modo especial foram destacadas as características e conceitos do terceiro setor e de instituições que dela fazem parte, como por exemplo, a Instituição Religiosa. Abordou-se a questão da importância da contabilidade para o terceiro setor, bem como a obrigatoriedade de tal ferramenta para as instituições. Foram evidenciados os princípios de contabilidade e as principais demonstrações contábeis. Também foi abordado sobre a contabilidade gerencial, destacando a importância da informação contábil como instrumento de gestão e a sua importância para a tomada de decisão.

Nesta pesquisa pode-se observar que o terceiro setor é composto por instituições que têm objetivos sociais, ao invés de econômicos, o lucro, embora necessário para a manutenção e continuidade, não é a razão de existir de tais entidades. As atividades desenvolvidas visam o crescimento e aprimoramento do ser humano. Entre as mais variadas atividades desenvolvidas por tal setor, encontra-se a Instituição Religiosa, ou seja, uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve suas atividades baseadas em crenças, valores e tradições. Sua hierarquia se dá através da Santa Sé (Papa), Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conferência Eclesiástica do Rio Grande do Sul - Regional Sul 3 (compreende todo estado e está subdividida em quatro Províncias Eclesiásticas), Dioceses e Paróquias.

Partindo do pressuposto de que as organizações do terceiro setor, sobretudo as instituições religiosas, possuem características distintas dos demais setores, como serem mantidas através de recursos de terceiros e a não obtenção de lucros, a prestação de contas torna-se imprescindível. No caso da Igreja Católica, são os dízimos dos fiéis e as doações a fonte dos recursos financeiros (receitas) que mantém a instituição e a transparência pode inspirar a confiabilidade dos fiéis e tornar-se fator fundamental para a continuidade da instituição.

Lidar com esses recursos financeiros põe em evidência o gestor e todos que participam do Conselho Econômico da igreja. Além disso, tem o fato das paróquias centralizarem a administração na matriz. Por isso, conduzir uma gestão dentro dos

padrões éticos, sem deixar dúvidas e obedecendo aos princípios e normas brasileiras, exige assistência especializada. É então que a contabilidade atua, tanto para a prestação de contas, como também para fins de isenção de imposto de renda, controle de patrimônio e demonstrações financeiras.

O propósito deste trabalho foi verificar quais os registros contábeis são utilizados pelos gestores para a tomada de decisão. Dessa forma, foi apresentado que são utilizados as receitas para a tomada de decisão, ou seja, os recursos oriundos das doações de fiéis, e que quando tem a intuição de investir em melhoria é realizado promoções que auxiliam no custo do investimento.

Partindo do objetivo geral que foi analisar a utilização dos registros contábeis no processo de tomada de decisão por partes dos gestores, se observou a necessidade de compreendermos todo o processo organizacional da Mitra da Diocese de Montenegro, pois é a contabilidade que demonstra os dados para se fazer a avaliação da estrutura organizacional e a forma de dar a devida conduta da instituição. A informação contábil é importante porque apresenta a real situação da instituição e com isso pode ser tomadas as devidas decisões conforme a suas realidades.

No decorrer do estudo, observou-se, também, que a figura de um profissional da área contábil torna-se indispensável para proceder aos registros e informações contábeis para a tomada de decisão dos gestores eclesiais, bem como atender às informações fiscais exigidas pela legislação vigente do país, uma vez que a contabilidade, através de seus procedimentos de controle, normas e condições de gerenciamento é o meio mais fidedigno de manter os doadores e/ou fiéis bem informados a respeito da utilização de suas doações.

Com o estudo de caso na Mitra da Diocese de Montenegro pode-se verificar que as paróquias que as compõem tem uma estrutura padrão e que possuem uma contabilidade em conformidade com as normas e princípios contábeis. Além disso, faz uso da contabilidade como instrumento de transparência, para manter os fiéis informados quanto a utilização dos dízimos e para não deixar dúvidas quanto a gestão dos recursos e o trabalho desenvolvido pela mesma.

Com este trabalho pode-se perceber embora as instituições religiosas tem a imunidade tributária, elas tem a obrigatoriedade de manter uma contabilidade clara, precisa e transparente para seus fiéis. A contabilidade de uma instituição religiosas vai além de uma mera prestação de contas, ela atende um dos principais requisitos

para manutenção da imunidade tributária que é o de manter a escrituração de receitas e despesas em livros revestidos de formalidades. As entidades sem fins lucrativos atendem às obrigações legais como, por exemplo, a apresentação das Demonstrações Contábeis. Bem como, serve de ferramenta de acompanhamento, avaliação e controle de um patrimônio que pertence a uma comunidade-igreja. É através da contabilidade que uma organização religiosa garante a imunidade tributária e uma administração mais qualificada, uma vez que a contabilidade torna-se uma necessidade vital para a instituição.

Nesta monografia ficou evidente que a contabilidade para uma Organização Religiosa exerce um papel de suma importância, uma vez que é uma entidade sem fins lucrativos que depende de doações e colaborações das pessoas. Portanto praticamente todo o patrimônio constituído provém da bondade e generosidade dos que dedicam seu trabalho por uma causa religiosa e por um sentimento de pertença comunitária. Por esse motivo essas pessoas merecem receber informações transparentes das doações realizadas, dessa forma, como benefício a informação contábil faz com que essas pessoas se sintam valorizadas e convidadas a colaborar cada vez mais. É através da informação contábil que os doadores poderão ter a clara visão de onde vieram os recursos, onde foram aplicados e quais os benefícios foram gerados. De acordo com o exposto, conclui-se que a gestão de uma Organização Religiosa exige um trabalho direcionado à preservação e ao crescimento. Para que possa alcançar as metas definidas, é necessário que o gestor tenha posse de informações que lhe dêem uma visão ampla, transparente e confiável. Nesse aspecto, a contabilidade vem a colaborar para a estruturação de tais informações, através de demonstrações contábeis e planejamento financeiro. É através da informação contábil que o gestor tem condições de analisar o passado, pensar o presente e projetar o futuro.

A partir dos objetivos propostos para este trabalho pode-se concluir que a informação contábil é uma ferramenta importante que garante a credibilidade, confiabilidade e que gera benefícios na administração e controle de uma Instituição Religiosa. Dentro da proposta inicial, considera-se o resultado satisfatório, porém abre-se também possibilidade para uma melhor utilização das demonstrações contábeis para a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

- BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. São Paulo: [s.n.], 2000.
- BRASIL, Constituição Federal do. **Código Tributário Nacional**. 2. ed. Brasília, DF: [s.n.], 2012.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar; SILVA JUNIOR, Nelson. A “ construção ” do Terceiro Setor no Brasil : da Questão Social à Organizacional. **Psicologia política**, v. 9, n. 17, p. 129–148, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a09.pdf>>. Acesso em: 13 de mai. de 2019.
- CFC, Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.409/2012. **Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG**, 2012.
- CUNHA, Oswaldo Cândido et al. Utilização dos Artefatos Gerenciais nas Entidades Religiosas no Brasil. **Revista de Administração de Roraima**, v. 5, p. 42–61, 2015.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. 4. ed. São Paulo: [s.n.], 1994.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FARIA, Juliano Almeida da; REGO, André Lourenço da Silva. Transparência nas Entidades Religiosas: um estudo de caso sobre a aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira na Paróquia Senhor do Bonfim. **Revista de Teologia e Ciências da Religião**, v. 4, n. 1, p. 267–300, 2014.
- FONSECA, Eva Fabiani de Mello; GARCIA, Osmarina Pedro Garcia. O Sistema de Informação Gerencial e a sua importância no Desenvolvimento das Empresas. **Ciências Sociais em Perspectiva**, n. 6, p. 11–25, 2007.
- GARRISON, Ray H; NOREEN, Eric W; BREWER, Peter C. **Contabilidade gerencial**. 14ed. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.
- GONÇALVES, Rosana C. M. Grillo; RICCIO, Edson Luiz. **Sistemas de informação: ênfase em controladoria e contabilidade**. [S.l.]: Atlas, 2009.
- HENDRIKSEN, ELDON S; BREDÁ, MICHAEL F. **Teoria da Contabilidade**. [S.l.: s.n.], 2015.

HORNGREN, Charles T; SUNDEM, Gary L; STRATTON, Willian O. **Contabilidade gerencial**. [S.l.]: Pearson Educación, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. [S.l.: s.n.], 1986.
_____. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: [s.n.], 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. 3. ed. São Paulo: Altas, 2002.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. São Paulo: Altas, 1997.

NEVES, Mauricio. O Perigo da Duplicidade da Receitas nas Instituições Religiosas. 2013.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor): inclui capítulos sobre contabilidade por fundos**. [S.l.]: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. São Paulo: São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Diane Doneda de; FARIA, Christiani Oliveira; CEZAR, Jesuina Figueira. A Contabilidade e a Prestação de Contas no Terceiro Setor: Estudo de Caso em uma Organização. **Revista Transformar**, v. 12, n. 1, p. 303–320, 2013.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. [S.l.]: IESDE BRASIL SA, 2010.
PEREIRA, MÉRCIA DE LIMA. As Contribuições da Accountability aos Beneficiários para a Eficácia Organizacional: um Estudo nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) da Paraíba. p. 1–147, 2017.

QUEIROZ, Lílian Régia Dis Santos; MARQUES, Maria Aparecida Do Nascimento Cavalcanti; PENHA, Roberto Silva Da. Instituições Religiosas: uma Análise sobre a Utilização da Contabilidade no Apoio à Gestão. **Revista de Administração e Contabilidade - RAC (CNEC)**, n. 33, p. 19–33, 2018.

RAIFUR, Léo et al. Objetivos e usuários em contabilidade : a informação contábil e a sofisticação do usuário na tomada de decisão. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, p. 1–13, 2008. Disponível em:

<[https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/555_Artigo SEGeT\(com autores\).pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/555_Artigo_SEGeT(com autores).pdf)>. Acesso em: 14 de jun. de 2019.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz et al. **Contabilidade do 3º Setor**. 2. ed. São Paulo: IOB, 2015.

SALES, Karina Batista de. Gestão da informação e dos sistemas de informação para tomada de decisão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Coari. **XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação**, p. 1–16, 2013.

SANTOS, Beatriz Rosa Pinheiro dos; DAMIAN, Ieda Pelogia Martins. A gestão da informação e da informação: Subsídios aos negócios. v. 7, p. 0–15, 2017.

SCHOEMAKER, Paul J H; RUSSO, J Edward. Decisões vencedoras. **Tradução de Hugo Melo**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista de administração pública**, v. 44, n. 6, p. 1301–1325, 2010.

SILVA, EDILAINE BERNARDES DA. A Contabilidade como Instrumento de Gestão e Controle em uma Organização Religiosa do Terceiro Setor. **Universidade Federal do Paraná**, p. 64, 2013.

SILVA, Priscila. Práticas Contábeis Adotadas Por Entidades Do Terceiro Setor: Uma Análise Junto a Templos Religiosos De Pernambuco À Luz Da Itg 2002. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 3, p. 123–139, 2017.

SLOMSKI, Valmor et al. **Contabilidade do Terceiro Setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2012.

WARREN, Carl S; REEVE, James M; FESS, Philip E. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: [s.n.], 2008.

WITT, Vanessa. Terceiro Setor: a Importância Contábil na Gestão de uma Organização Religiosa Católica. **Universidade de Caxias do Sul**, p. 52, 2012.